



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “NOVA BRASÍLIA”
ENSINO FUNDAMENTAL
ILHA DO MEL- NOVA BRASÍLIA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ
Agosto / 2024



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO "NOVA BRASÍLIA"
ENSINO FUNDAMENTAL
ILHA DO MEL- NOVA BRASÍLIA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Nova Brasília" está articulado com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica tendo como base a LDB 9394/96 e toda legislação educacional. Expressa os princípios, fundamentos e procedimentos que norteiam esta instituição.

PARANAGUÁ
MARÇO / 2024



1 IDENTIFICAÇÃO	6
1.1 Localização.....	6
1.2 – Histórico da instituição	6
1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço	13
1.3 Relação dos profissionais da instituição.....	13
1.3.1 Nível de escolaridade	13
1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício	13
1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar.....	15
1.5 Contextualização das condições físicas e materiais.....	15
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes	15
1.6 Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar	16
1.6.1 – Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas	16
1.6.2 – Critérios de distribuição de turmas anualmente.....	17
1.6.3 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma	17
1.6.4 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora	18
PROJETOS PRÓPRIOS:.....	18
1.6.5 – Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade.....	23
1.6.6 – Plano de atividades a serem desenvolvidos nos espaços pedagógicos; em área verdes e recreio dirigido.....	24
1.6.7 – Plano de atendimento emergencial	25
1.7 – Calendário escolar	26
1.8 Calendário das reuniões da APMF e conselho escolar	27
2 – CONCEPÇÕES	27
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	28
2.1.1 - Fundamentação Teórica	28
2.1.2 Direitos Humanos	29
2.1.3 Políticas de Inclusão	30
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	31
2.2.1 Fundamentação Teórica.....	31
2.2.2 - Concepção de infância e criança	32
2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar.....	33
2.2.4 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.....	33
2.2.5 Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental	34
2.2.6 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar).....	37
2.2.7 Educação para as relações étnico-raciais.....	37
2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes	38



2.2.7 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão (Sistema Educacional de Rede de Proteção – Serp e Conselho Tutelar).....	39
2.3 - CONCEPÇÃO DE GESTÃO	40
2.3.1 - Fundamentação Teórica	40
2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários- APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores.....	41
2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.....	43
2.3.4 - Articulação entre a instituição, a família e a comunidade	43
2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.....	44
2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.....	45
2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora	45
2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes.....	46
2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA	47
2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	47
2.4.1- Fundamentação Teórica	47
2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono/evasão e relação idade/ano)	48
.....	51
2.4.3 - Plano de Ação do Diretor	51
2.4.4 - Plano de Ação do Pedagogo Coordenador e Orientador	52
2.4.5 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa	62
2.4.6 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional	67
2.4.7 Plano de Ação do Conselho Escolar	67
2.4.8 - Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)	68
2.4.9 - Plano de Atendimento Educacional Especializado.....	68
2.4.10 – Plano de Atendimento pedagógico domiciliar	68
2.5 – CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	69
2.5.1 – Fundamentação Teórica.....	69
2.5.2 – Direitos e objetivos de aprendizagem	70
2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem	72
2.5.4 – Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula	73
2.6 – CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	75
2.6.1 – Fundamentação teórica	75
2.6.2 - O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem do desenvolvimento.....	76
2.6.3- Análise de avanços e dificuldades pedagógicas	78



2.6.4 – Avaliação Institucional	78
2.6.5 – Recuperação paralela de estudos.....	78
2.6.6 – Avaliação Externa	80
2.6.7 – Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos	81
2.7 – CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	82
2.7.1 Fundamentação teórica	82
2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora.....	84
2.7.3- Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade no 01/2018 disponível no link:	84
2.7.4- Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição	85
2.7.5- Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas	85
3– MATRIZ CURRICULAR	86
4- PROPOSTA CURRICULAR.....	86
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS.....	89



1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Localização

Município: Paranaguá

Código: 76017458/0001-15

Instituição: Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" Educação Infantil e Ensino Fundamental

Código: 411414016

Endereço: Comunidade de "Nova Brasília" - Ilha do Mel

Telefone: (41) 3420-2861 / 3420-2025

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paranaguá

Ato de autorização: Resolução nº 08/03 de 31 de janeiro de 2003, considerando a LDB nº 9394/96, as Deliberações nº 03/98, 04/99, 01/00, 03/06, 02/07 e 03/07, todas do Conselho Estadual de Educação, e o Parecer nº 3715/08 da Coordenação de Estrutura e Funcionamento.

Resolução: nº 5946/08 Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº 021/2011 em 12/08/2011.

Ato administrativo que aprova o Estatuto do Conselho Escolar nº 055/2017 em 25/07/2017.

Horários de Funcionamento: Matutino das 7:30h às 11:30h e vespertino das 12:30h às 16:30h, aprovado pelo Conselho Escolar a partir de 17/05/2023.

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

(x) Educação do Campo () Educação Especial () Educação Infantil

(x) Ensino Fundamental

1.2 – Histórico da instituição

A Escola Municipal do Campo “Nova Brasília” situada na Ilha do Mel, ” foi criada e autorizada pela Resolução nº 3.678/82 de 30 de dezembro de 1982. A Escola recebeu o mesmo nome da localidade da Ilha do Mel a pedido dos moradores do local. Segundo alguns moradores nativos , a primeira escola na Ilha do Mel era localizada na região da Fortaleza “Nossa Senhora dos Prazeres ” e depois a escola se mudou para a região do Istmo , que fica entre a Brasília e

Nova Brasília , a parte em que dividiu a ilha por causa das condições do mar. Estamos na busca de dados oficiais com datas desse relato histórico , mas até o momento não foi encontrado quem possa fornecer. Apenas o relato de um morador nativo “seu João”, que relatou que a primeira escola foi na Ponta Oeste, depois foi para a região da Fortaleza, depois para a Praia do Farol, depois para a região do Istmo e por último no endereço atual. Foram relatos para a pedagoga em conversas informais no trapiche, ele foi convidado a vir até a escola, mas não compareceu, porém prometeu que vem em algum momento , e assim esperamos.

A Ilha do Mel é uma região de lazer e turismo, o comércio local oferece pousadas, campings, comércios diversos, atividades informais, pesqueiras e culturais.

A Escola Municipal do Campo “Nova Brasília” busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias de aprendizagens significativas que possibilitem, aos nossos alunos, identificar novas formas de se relacionar com o mundo. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros. Temos também, o firme propósito de dar oportunidade às crianças de participar, de decidir, de tomar iniciativas, de se mobilizar em relação à comunidade, pois há muitas formas de fazer o trabalho escolar.

QUADROS DE ATOS

Tipo	Ato nº	Data	Descrição	Revogação	Vigência	Observação
Resolução	5846/08	30/12/2008	Funcionamento do Ensino Fundamental	2011	Na mesma data	Funcionamento do 1º ao 5º ano
Resolução	036/2017	12/12/2017	Renovação de Funcionamento		2022	Funcionamento do 1º ao 5º ano
Ato Administrativo	028/2017	28/08/2017	Estatuto do Conselho Escolar		25/07/2017	Aprovação
Administrativo	005/2016	03/08/2016	Regimento Escolar		Na mesma data	Aprovação

GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5946/08

O Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições que-lhe foram delegadas pela Resolução nº 08/03 de 31 de janeiro de 2003, considerando: a LDB nº 9394/96, as Deliberações nº 03/98, 04/99, 01/00, 03/06, 02/07 e 03/07, todas do Conselho Estadual de Educação, e o Parecer nº 3715/08 da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE

ART. 1º AUTORIZAR o funcionamento do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), nos estabelecimentos de ensino abaixo relacionados, todos pertencentes ao Município e NRE de PARANAGUÁ, mantidos pela Prefeitura Municipal.

1. ESCOLA RURAL MUNICIPAL PROFESSORA ALVINA TOLEDO PEREIRA – ENSINO FUNDAMENTAL;
2. ESCOLA RURAL MUNICIPAL ANTONIO FONTES – ENSINO FUNDAMENTAL;
3. ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSE CHEMURE – ENSINO FUNDAMENTAL;
4. ESCOLA RURAL MUNICIPAL LUIZ ANDREOLI – ENSINO FUNDAMENTAL;
5. ESCOLA RURAL MUNICIPAL NOVA BRASÍLIA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;
6. ESCOLA RURAL MUNICIPAL TEODORO VALENTIM – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL;

§ 1º A autorização concedida é pelo prazo de 05 (cinco) anos com implantação gradativa, a partir do início do ano de 2008.

§ 2º Antes do término do prazo de autorização para funcionamento, citado no parágrafo 1º, solicitar à SEED/CEF sua renovação.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta autorizada, a Direção deverá oficializar à SEED/CEF a fim de formalizá-la legalmente.

ART. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. *mfj*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 30 de dezembro de 2008.

Ricardo Fernandes Bezerra
DIRETOR GERAL



PREFEITURA DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

ATO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2011

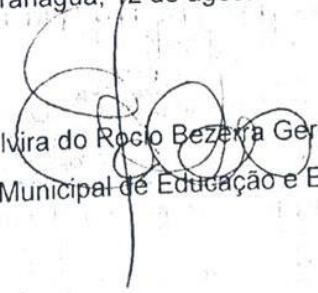
A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com fundamento no disposto nas Deliberações do COMED/Pguá 02 e 03/2009; 01, 02, 03 e 04/2010, e no contido nos Pareceres Técnicos SEMEDI n.ºs. 11 e 17/2011,

RESOLVE

Aprovar o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino denominado Escola Municipal do Campo "Nova Brasília", referente à Renovação de Autorização de Funcionamento.

Este Ato Administrativo entrará em vigor a partir de 2011.

Paranaguá, 12 de agosto de 2011.


Elvira do Rocio Bezerra Geraldo
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral

*Recebido em
07/10/2011
R*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



ATO ADMINISTRATIVO Nº. 055/2017

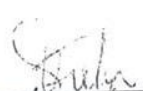
A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, juntamente com o Conselho Municipal de Educação, fundamentado na Deliberação COMED Nº 02/15.


RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 028/2017, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, que aprova o Estatuto do Conselho Escolar do (a) **Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" - Educação Infantil e Ensino Fundamental**, do Município de Paranaguá, a partir de 25/07/2017.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor, a partir de 25/07/2017, revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, 28 de agosto de 2017.


Profª Vandecy Silva Dutra
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10 em 01/01/2017
Vandecy Silva Dutra
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral


Izabele do Rocio Oliveira Santos
Presidente do Conselho Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



RESOLUÇÃO Nº 036/17

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 02/10, Parecer nº 34/17 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Renovar, por um prazo de 05 (cinco) anos, a partir do ano letivo de 2018, o prazo para autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental da **Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" - Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situada na Ilha do Mel - no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.


§ 1º Retificar a Resolução nº 091/11 - COMED/SEMEDI, publicada no diário oficial do município de 13/01/2012, o Art. 1º: a partir do ano letivo de 2011, para a partir do ano letivo de 2013 e o § 3º o término da Resolução, citada para retificação, o encerramento ao final do ano letivo de 2015, para ao final do ano letivo de 2017.

§ 2º A autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi concedido pela Resolução nº 5946/08 de 30/12/2008 encerrando-se no final do ano letivo de 2012.

§ 3º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2022, adequando-se à legislação vigente

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

 Profª Vandecy Silva Dutra
Secretária Municipal de Educação
e Ensino Integral

Vandecy Silva Dutra
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10/17 em 01/01/2017.

Departamento do Ensino Fundamental

PARECER TÉCNICO SEMEDI Nº 066/13

ASSUNTO: Aprovação do Projeto Político Pedagógico

1. Identificação do Estabelecimento

Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" Educação Infantil e Ensino Fundamental	
Endereço: Ilha do Mel s/nº	
Paranaguá/Pr	CEP: 83.203.000
Telefone: 41 3420-2859	
Endereço eletrônico:	
Dependência Administrativa: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	
Entidade Mantenedora: Prefeitura de Paranaguá	
Código do SERE: 00407	
Código do INEP: 41141016	
Localização da Escola:	
<input type="checkbox"/> cidade região central <input type="checkbox"/> cidade região periférica <input checked="" type="checkbox"/> campo	
Modalidade de Ensino	
<input checked="" type="checkbox"/> Educação Infantil - Faixa Etária : 5 anos	
<input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Integral	
<input checked="" type="checkbox"/> Ensino Fundamental (anos iniciais)	
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (anos finais)	
<input type="checkbox"/> Educação de Jovens e Adultos – Fase I	
<input type="checkbox"/> Educação Especial (Classe Especial, Sala de Recursos, A.E.E.)	
<input checked="" type="checkbox"/> Educação do Campo	

2. Parecer Final

Após análise e confrontação do Projeto Político Pedagógico à minuta da Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" constatou-se que a mesma está de acordo com a LDB nº 9394/96 e com as Deliberações do COMED/Pguá 02 e 03 de 2009, bem como 01,02,03 e 04 de 2010.

Paranaguá, de dezembro de 2013.

Candida M. Cardoso

DIRETORA DO DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Josiane R. Danicki

CHEFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Andressa Larrosa

CHEFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO DO CAMPO

Antônio Genivalves Nunes Neto

EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA

1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço

A Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" oferece as séries iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental de 09 anos, em modalidade multisseriada, nos horários das 7:30 as 11:30 e 12:30 as 16:30.

Neste ano letivo de 2024 atende 25 alunos com demanda em todas as turmas, 05 alunos matriculados no primeiro ano, 03 alunos matriculados no segundo ano, 09 alunos matriculados no terceiro ano, 02 alunos matriculados no quarto ano, 06 alunos matriculados no quinto ano. As turmas do primeiro e segundo ano são no vespertino, no matutino estão as turmas do terceiro, quarto e quinto ano, as turmas são multisseriadas.

A escola trabalha em dualidade com a escola do estado. Em relação ao espaço físico, a partir de 2023 de junho foi implantada a Sala de Recurso Multifuncional (A.E.E.), atendendo pela manhã e a tarde, nas quintas-feiras e sextas-feiras, no horário das 7:30 às 11h30 com três horários nesse período para atendimento individualizado, e das 12:30 às 16:30 com o mesmo procedimento no horário e no atendimento individual. Em 2024, é ofertada o Polo do AEE na Escola Teodoro Valentim que fica na Praia de Encantadas.

Foi realizada a manutenção da parte elétrica de duas salas de aula do município. Também foi realizada a pintura externa da escola e a pintura da quadra. Não houve mudança na estrutura física do prédio.

1.3 Relação dos profissionais da instituição

1.3.1 Nível de escolaridade

1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício

ANO DE REFERÊNCIA – 2024

Cargo/ Função	Nome	Vínculo				Escolaridade			
		PADRÃO	Hora Aula	Fund.		Médio		Superior	
				C	I	C	I	C	I
Chefe de Equipe Técnica Pedagógica do Campo	Joice Cristina Pereira	x						x	

	Secretário Geral	Ana Bonafini										X	
	Equipe Pedagógica	Suely Dias dos Santos	X									X	
	Assistente Administrativo	Dircéia Batista										X	
	Serviços Gerais	Sandra Santana dos Santos											
P r o f e s s o r e s	Pré												
	1º Ano	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X									X	
	2º Ano	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X									X	
	3º Ano	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X									X	
	4º Ano	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X									X	
	5º Ano	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X									X	
	Corregentes	Lilian Macedo Borba/ Cybele de Oliveira	X									X	
	Português	Lilian Macedo Borba/ Cybele de Oliveira/	X									X	
	Matemática	Lilian Macedo Borba/ Cybele de Oliveira/	X									X	
	História	Lilian Macedo Borba/ Cybele de Oliveira/	X	X								X	
	Geografia	Lilian Macedo Borba/ Cybele de Oliveira/	X	X								X	
	Ciências	Lilian Macedo Borba/ Cybele de Oliveira/	X	X								X	
Arte	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X	X								X		
Educ. Física	Cybele de Oliveira / Lilian Macedo Borba	X	X								X		

1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar

A Escola Municipal do Campo “Nova Brasília” – Ensino Fundamental atende a um público onde a principal atividade da região é o turismo, a pesca artesanal com os moradores tradicionais, sendo o turismo uma atividade sazonal, onde muitas famílias se estabelecem de forma temporária, porém essa realidade de turismo de sazonalidade vem mudando ano a ano, pois se as condições climáticas forem boas, tem atividade com turismo na baixa temporada e finais de semana, no passado não acontecia, quando o turismo só acontecia nos feriados e verão. Atualmente os comerciantes locais estão inserindo eventos na baixa temporada como o festival de Jazz em agosto, a festa da tainha em junho e julho consolidada, pois atraem públicos específicos que visitam a ilha para prestigiar esses eventos.

O baixo índice de matrícula acontece por ser uma comunidade pequena, e as crianças que vem com as famílias para ficarem apenas na alta temporada e depois retornam para seus locais de origem, são então transferidas para outra escola, não caracterizando evasão escolar. O trabalho desenvolvido na Ilha do Mel apresenta como predominância uma classe autônoma: administradores de camping, pousadas, lanchonetes, bares, distribuidoras, transporte marítimo e terrestre de bagagens, de empregos temporários informais e a tradicional atividade pesqueira.

1.5 Contextualização das condições físicas e materiais

O prédio utilizado pela instituição pertence à Prefeitura Municipal de Paranaguá, trabalha em dualidade administrativa com o Colégio Estadual Lucy Requião de Mello, onde alguns espaços são compartilhados, porém em horários distintos.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes

Dependência	Quantidade	Condições de utilização	Condições de utilização	O que está inadequado?
		Adequado	Inadequado	
Diretoria	0			
Secretaria	0			
Sala dos Professores	1	X		
Sala da equipe pedagógica	0			

Sala de recursos	0			
Sala de apoio	1		Inadequada	Sem ventilação mobiliário
Biblioteca	0			
Laboratório de Informática	1	Adequado		
Laboratório ciências/física/química	0			
Auditório	0			
Sala de aula	2	Adequadas		
Depósito de material de limpeza	1		Inadequado	São armazenados nos banheiros: da cozinha e banheiro do professor
Refeitório	1	Adequado	I	
Recreio Coberto	0	0		
Quadra de esportes coberta	0			
Cozinha	1		Inadequada	Responsabilidade da Risotolândia
Área de serviço	0			
Sanitário professores	1		Inadequado	Possui prateleira para guardar materiais de limpeza.
Sanitários dos agentes educacionais	0			
Sanitários dos alunos	2			Falta manutenção nas instalações

1.6 Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar

	MANHÃ	TARDE
ENTRADA	7H30	12H30
INTERVALO	9H30 AS 9H50	14H30 AS 14H50
SAÍDA	11H30	16H30

1.6.1 – Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas

Ensino Fundamental							
ANO/E.F.	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL		
	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Inclusão
1º ano	-	00	01	05	01	06	-
2º ano	-	00	01	03	01	03	-
3º ano	01	08	00	-	01	08	-
4º ano	01	01	00	-	01	02	-

5º ano	01	05	00	-	01	06	-
TOTAL	01 multisseriada	13	01 multisseriada	09	02	22	-
ENTRADA	7h30		12h30				
SAÍDA	11h30		16h30				
INTERVALO	9h30 às 9h45		14h30 às 14h45				

1.6.2 – Critérios de distribuição de turmas anualmente

O critério de distribuição de turmas se dá através da organização realizada pelo Departamento de Educação do Campo, onde as turmas são distribuídas anualmente com base no número de matrículas efetuadas, respeitando a capacidade física das salas de aula e a necessidade de assegurar um ensino de qualidade, incluindo a idade adequada ao ano escolar correspondente. Após isso, cada profissional contribui com a sua opinião para fazer os ajustes necessários, levando em conta também o perfil e o atendimento das especificidades da instituição.

Período da Manhã	3º, 4º e 5º anos - Turma Multisseriada
Período da Tarde	1º e 2º anos - Turma Multisseriada

1.6.3 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma

ANO/E.F.	Ensino Fundamental						
	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL		
	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Inclusão
1º ano	-	00	01	05	01	06	-
2º ano	-	00	01	03	01	03	-
3º ano	01	08	00	-	01	08	-
4º ano	01	01	00	-	01	02	-
5º ano	01	05	00	-	01	6	-
TOTAL	01	14		08	05	22	
ENTRADA	7h30		12h30				
SAÍDA	11h30		16h30				

INTERVALO	9h30 às 9h45	14h30 às 14h45
------------------	--------------	----------------

1.6.4 Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora

PROJETOS PRÓPRIOS:

- NOME DO PROJETO: MINHA ILHA

JUSTIFICATIVA: O projeto promoverá o contato do educando com a cultura local e ilhéu, assim proporcionando momentos de vivenciar as raízes e memórias da Ilha do Mel.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: Nas aulas previstas no currículo, em formato interdisciplinar o projeto abordará a memória e história da Ilha do Mel, favorecendo aos alunos contato e valorização com a cultura local.

- NOME DO PROJETO: NOVEMBRO NEGRO

JUSTIFICATIVA: Este projeto visa dialogar com os estudantes do 1º ao 5º ano sob o tema como o preconceito e a diversidade étnico-racial em diferentes esferas da sociedade e ensinar sobre a importância da cultura africana na construção social e cultural brasileira.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 2º semestre finalizando em novembro

RESPONSÁVEL(eis) pela aplicação: Profª Lilian

DESENVOLVIMENTO: A parte histórica será desenvolvida com os estudantes durante a semana, nas quartas e quintas-feiras nos dois turnos, manhã com os 3º, 4º e 5º anos e no período da tarde com o 1º e 2º anos.

As demais ações ficarão sobre responsabilidades dos mestres e do professor Júlio (mencionar o nome dos mestres posteriormente)

Dias 13, 14, 20 e 21, datas previstas e adaptáveis conforme possibilidade dos mestres, professores e demais participantes do grupo (mencionar o nome do grupo).

- NOME DO PROJETO: HIGIENE E SAÚDE



JUSTIFICATIVA: O projeto é uma proposta que possibilita e garante uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: O projeto levará ao aluno perceber a necessidade de adquirir bons hábitos de higiene e identificar as doenças causadas pela falta de higiene.

- **PROJETO "SACOLA VIAJANTE "**

JUSTIFICATIVA: A importância de criar hábitos da leitura deve ser iniciado desde muito cedo na vida da criança, a presença de um adulto nessa prática é de fundamental importância. O Projeto sacola Viajante, possibilita essa mediação e interação da família com a criança e escola, uma vez que ela vai estar circulando entre os pequenos para levarem para casa e realizar a leitura em família.

PÚBLICO: Todas as turmas.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual

RESPONSÁVEL: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: A " Sacola Viajante " possui um livro escolhido pela criança, ou caso a criança não queira realizar a escolha, a professora vai sugerir algum. Na sacola contém um caderno de desenho e lápis para colorir. Essa sacola será dada em dias alternados para cada criança levar para a casa, realizar a leitura com um adulto responsável pela criança, após a criança fazer um desenho e escrever uma frase representando a história que foi lida para ou a professora poderá também propor uma roda de conversa sobre as leituras realizadas entre os estudantes, compartilhando os diferentes livros que foram feitas as leituras.

- **NOME DO PROJETO: "Não te quero Dengue"**

JUSTIFICATIVA: Trazer ao conhecimento do aluno a prevenção como medida de combate à Dengue. Com objetivo de prevenir mediante a ações simples no dia a dia.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual



RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: Professora Lilian e crianças.

DESENVOLVIMENTO: A contextualização do tema referente a Dengue. As atividades previstas serão incorporadas nos conteúdos previsto de forma interdisciplinar em todas as disciplinas. Será abordado todo o contexto histórico e as formas de prevenir e combater o mosquito. Nesses períodos terá a parceria da EMILHAS (Associação de Mulheres da Ilha) que irá fazer as oficinas das armadilhas para capturar o mosquito e será encerrado com a apresentação do teatro com as crianças para a comunidade escolar.

- **NOME DO PROJETO: APOIO ESCOLAR**

JUSTIFICATIVA: Diante das dificuldades apresentadas na avaliação diagnóstica, aplicada no primeiro bimestre, os alunos serão convocados à participar de aulas de apoio pedagógico, no contraturno.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Após 1º bimestre RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: Equipe pedagógica e docente.

DESENVOLVIMENTO: Proporcionar aos alunos uma oportunidade de revisão dos conteúdos aplicados, assim sanando as dificuldades. O aluno terá atendimento individualizado no contraturno com horários pré agendado.

A equipe pedagógica deve lançar novos desafios e colaborar na concretização de uma escola pública, democrática e de qualidade social. Deve ser competente, flexível, crítica, criativa, conhecedora de novas tecnologias, que saiba trabalhar em equipe, que possua autonomia de pensamento, sociável, que saiba compreender processos e incorpore novas ideias que tenha habilidade de gestão.

- Elaborar material de apoio para subsidiar o trabalho do professor, garantindo ao aluno, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo por meio dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais de modo que torne a escola mais atrativa.
- Buscar, em conjunto com a equipe escolar, soluções e formas adequadas ao aprimoramento do trabalho pedagógico e a consolidação da identidade da escola.

PROJETOS OFERTADOS PELA MANTENEDORA:

NOME DO PROJETO: COMBATE AO TRABALHO INFANTIL



JUSTIFICATIVA: O projeto visa reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes ao trabalho infantil e promover aos alunos o conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e Orientação Pedagógica SEMEDI.

DESENVOLVIMENTO: Sensibilizar as crianças sobre a problemática, através de campanhas e ações a serem desenvolvidas em sala de aula e junto à comunidade.

NOME DO PROJETO: COMPOSTAR PARA CULTIVAR

JUSTIFICATIVA: A localidade Ilha do Mel traz inúmeras deficiências na parte de resíduos orgânicos, diante a essa realidade se justifica a importância de desenvolver práticas que são propostas nesse projeto como uma alternativa segura e possível para o tratamento dos resíduos orgânicos gerados nas moradias e pequenos estabelecimentos.

PÚBLICO: 1º ao 5º ano.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Anual.

RESPONSÁVEL (eis) pela aplicação: Alunos e professores da escola do estado e município com a supervisão da engenheira ambiental Paula que faz a mediação dessas ações com a parceria do Porto de Paranaguá (APPA) e IBAMA.

DESENVOLVIMENTO: A escola do Estado tem a responsabilidade em fazer a manutenção da composteira para produzir o adubo, e as crianças do município tem a responsabilidade molhar e retirar os matinhos da horta.

NOME DO PROJETO: PROJETO VELHA INFÂNCIA

JUSTIFICATIVA: Trazer a temática da pessoa idosa para o repertório escolar, são práticas necessárias para construir o respeito e cuidado com esse público que vem crescendo cada vez mais na sociedade e que precisa ter esse acolhimento amoroso através das atividades realizadas.

PÚBLICO ALVO: 3º, 4º e 5º ANOS

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 1º semestre e envio dos trabalhos em agosto



RESPONSÁVEL: Professora regente

DESENVOLVIMENTO : O tema proposto para o ano foi o envio de uma carta aos idosos do asilo São Vicente de Paula , onde se é trabalhado a condição da pessoa idosa , trazendo a informações do cenário atual e sensibilizar os estudantes dando um panorama da realidade em que se encontra essa população que vem cada vez mais aumentando e que merece esse destaque também no chão da escola.

NOME DO PROJETO: PROJETO JUSTIÇA E CIDADANIA NAS ESCOLAS

JUSTIFICATIVA: O projeto traz a oportunidade de tornar mais próximos do chão da escola o papel do poder publico e a sua atuação da vida em sociedade apresentando os direitos e obrigações de cada cidadão na linguagem adequada para os estudantes inserido .

PUBLICO ALVO :3º, 4º e 5º anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 1º semestre

RESPONSÁVEL: Professora regente

DESENVOLVIMENTO: São distribuídos materiais apresentando o trabalho do poder público, na sociedade, da forma atua para que a população escolar também conhecer o sua atuação para viver em sociedade de forma respeitosa e segura. No final do semestre recebem a vida dos membros atuantes no sistema da judiciário , como juízes advogado e promotor de justiça vem até a escola para estarem se apresentando e compartilhando a aprendizagem adquirida através das aulas realizadas com os materiais que foram apresentados.

NOME DO PROJETO: PROJETO KLABIN - CAUBI

JUSTIFICATIVA: O projeto relacionado as questões ambientais, vem em paralelo às aulas inseridas no planejamento, contextualizando praticas que são importantes referente ao tema meio ambiente que precisa serem revisitadas .

PUBLICO ALVO :3º4º5º anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:Durante o ano

RESPONSÁVEL:Professora Cybele

DESENVOLVIMENTO : O projeto trabalha com a formação de professores para temáticas ambientais, com conceitos e práticas que enriquecem o conteúdo curricular. Os alunos se

tornam multiplicadores do conhecimento em suas casas e na comunidade, alimentando uma corrente ambiental do bem: toda a sociedade ganha!

NOME DO PROJETO : EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA A SUSTENTABILIDADE - COMBATE AO MOSQUITO Aedes Aegypti

JUSTIFICATIVA: Diante aos altos números de pessoas infectadas e casos de morte causada pela Dengue , se faz necessário trabalhar de forma que os conhecimentos trazidos , contribua de forma eficaz para combater os maus hábitos e aumentar os cuidados para que o mosquito seja eliminado.

PUBLICO ALVO :Turmas dos 1^o ao 5^o anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Agosto a dezembro

RESPONSÁVEL: Pedagoga

DESENVOLVIMENTO: As atividades realizada nesse projeto acontecerão de forma presencial divididos em 3 horas semanais com cada turma, onde será tratada a parte histórica e atualização dos dados sobre a doença, quais ações poderão ser feitas com os estudantes e juntos pensar numa ação coletiva para informa como poderá eliminar o mosquito da Dengue.

NOME DO PROJETO : É DOANDO QUE SE VIVE

JUSTIFICATIVA: Consiste em garantir a atuação da lei sancionada pelo município para conscientizar os estudantes e por fim a comunidade a ação de doar órgãos. Através de atividades e palestras para as turmas.

PUBLICO ALVO : Turmas do 3^o, 4^o e 5^o anos

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Primeiro semestre do ano

RESPONSÁVEL: Pedagoga e professoras

DESENVOLVIMENTO: Realizar atividades que desmistifiquem e informem acerca da importância da doação de órgãos. Serão realizadas atividades de promoção e apoio à doação de órgãos para fins de transplantes. No mês de Setembro acontecem as exposições dos alunos nas suas instituições , neste ano pelas escolas parciais.

1.6.5 – Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade

MANHÃ				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	CYBELE
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	CYBELE
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	LILIAN
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	LILIAN
TARDE				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	LILIAN
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	LILIAN
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	CYBELE
CYBELE	LILIAN	LILIAN	CYBELE	CYBELE

1.6.6 – Plano de atividades a serem desenvolvidos nos espaços pedagógicos; em área verdes e recreio dirigido

O plano de atividades para serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos, áreas verdes e recreio dirigido é estruturado de acordo com os objetivos específicos e as necessidades desta comunidade escolar, para promover o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando a aprendizagem, a socialização, o respeito ao meio ambiente e o bem-estar físico e emocional.

Atividades para serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos:

- Oficinas temáticas: Realizar oficinas temáticas em salas de aula ou espaços específicos, abordando temas como ciências, matemática, arte e literatura de forma prática e interativa.
- Roda de leitura: Promover momentos de leitura compartilhada, onde os alunos têm a oportunidade de ler e discutir livros e histórias em grupo.
- Experimentos científicos: Realizar experimentos científicos que estimulem a curiosidade e a investigação dos alunos, utilizando materiais simples e acessíveis.
- Atividades lúdicas: Organizar jogos educativos e brincadeiras que estimulem o raciocínio, a coordenação motora e o trabalho em equipe.

Atividades para serem desenvolvidas em áreas verdes:



- Horta escolar: Criar e manter uma horta escolar, onde os alunos possam aprender sobre cultivo de alimentos, sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente.
- Trilhas ecológicas: Organizar caminhadas guiadas pelas trilhas ecológicas da escola ou região, promovendo a observação da natureza e a conscientização ambiental.
- Atividades de jardinagem: Realizar atividades de jardinagem, como plantio de flores, arbustos e árvores, envolvendo os alunos no cuidado e na manutenção dos espaços verdes.
- Estudo da biodiversidade: Explorar a diversidade de espécies vegetais e animais presentes nas áreas verdes da escola, através de observação, pesquisa e registro.

Atividades para serem desenvolvidas nos recreios dirigidos:

- Jogos cooperativos: Promover jogos e brincadeiras cooperativas que incentivem a colaboração, a comunicação e o respeito entre os alunos.
- Atividades esportivas: Oferecer opções de atividades esportivas, como futebol, vôlei, basquete, entre outros, proporcionando momentos de movimento e recreação.
- Artes e expressão: Estimular a criatividade e a expressão artística dos alunos através de atividades como pintura, desenho, dança e música.
- Espaço de relaxamento: Criar um espaço tranquilo e aconchegante onde os alunos possam descansar, ler ou praticar técnicas de relaxamento, como meditação e respiração consciente.

1.6.7 – Plano de atendimento emergencial

A segurança precisa ser uma preocupação comum a todos os membros da comunidade escolar: docentes, alunos, pais, encarregados de educação e demais funcionários, por este motivo, todos os profissionais da educação desta instituição participaram da Capacitação de Brigadista.

Destacamos tópicos para a aplicação do P.A.E.:

- Kit de primeiros socorros; Luz de emergência; Sinalização de emergência; Extintores; Simulação de evacuação de incêndio; Placas de identificação de números de emergência.

O Plano de Atendimento Emergencial (PAE) visa a retirada segura das crianças das escolas, estabelecendo rotas de fuga e pontos de encontro seguros. Este treinamento é realizado duas vezes por ano em cada instituição e envolve crianças, professores e demais servidores.



O PAE estabelece diretrizes para uma resposta rápida e eficiente às emergências, minimizando os riscos e impactos à comunidade escolar. O grupo de brigadistas, formado dentro das escolas, conta com a colaboração de todos os membros da comunidade escolar.

Os brigadistas são responsáveis por:

- Inspeccionar os equipamentos de combate a incêndio.
- Organizar as rotas de fuga.
- Análise de Riscos.

O curso de Brigada Escolar é realizado em parceria com a Secretaria de Segurança através da Academia de Formação e Capacitação da Guarda Civil Municipal.

1.7 – Calendário escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MES	FERIADOS
JAN	01 CONFRAZERNAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAÍVO DE CRISTO
ABR	31 PÁSCOA
MAI	01 DIA DO TRABALHO
JUN	30 CORPUS CRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAQUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
NOV	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FRIADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

MES	Dias Letivos	Atividades Docentes	Carga Horária	Total de Férias	Total de Recesso
JAN	20	12	80	30	24
FEB	13	12	52	30	24
MAR	20	12	80	30	24
ABR	22	12	88	30	24
MAY	19	12	76	30	24
JUN	20	12	80	30	24
JUL	22	12	88	30	24
AUG	21	12	84	30	24
SET	21	12	84	30	24
OCT	21	12	84	30	24
NOV	20	12	80	30	24
DEZ	12	12	48	30	24

MES	Dias Letivos	Carga Horária	Recesso	Feriado
JAN	20	80	0	2
FEB	13	52	3	0
MAR	20	80	0	2
ABR	22	88	0	1
MAY	19	76	1	2
JUN	20	80	0	0
JUL	22	88	0	1
AUG	21	84	0	0
SET	21	84	0	1
OCT	21	84	0	1
NOV	20	80	1	2
DEZ	12	48	1	2

1.8 Calendário das reuniões da APMF e conselho escolar

Nesta instituição não se aplicam as reuniões da APMF, pois ela não contempla as escolas do Campo. As eleições para o Conselho Escolar ocorre a cada dois anos. O Conselho Escolar se reúne de forma extraordinária, conforme a demanda, ou ordinariamente, semestralmente.

No mês de maio do ano de 2023 foi realizada a eleição para o Conselho Escolar onde foram atualizados os nomes dos representantes de cada seguimento.

Calendário de reuniões

DATA / MÊS	PAUTA REUNIÃO
MARÇO	Reunião para definir ações do ano letivo
ABRIL	Seguimento das ações
DEZEMBRO	Tomada de decisões

2 – CONCEPÇÕES

Iniciamos trazendo presente os objetivos que nos propomos a seguir colocando quais os princípios e concepções que os fundamentam e orientam para a concretização desses. Neste sentido a Escola Municipal do Campo “Nova Brasília” busca, através da autonomia, da criatividade, da percepção sistêmica, da realidade e do espírito cooperativo dos educandos, promover coletivamente estratégias de aprendizagens significativas que possibilitem identificar novas formas de se relacionar com o mundo.

Este estabelecimento de ensino é um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção étnica, de classe e gênero. Por vivermos em uma sociedade desigual objetivamos pensar e reconstruir de forma diferente ações que viabilizem a apropriação do conhecimento, história e compreensão das relações que ocorrem entre os sujeitos.



No âmbito da educação do campo objetiva-se que a relação de ensino e aprendizagem aconteça considerando as singularidades regionais, assim reconhecendo as identidades sociais e valorização da cultura local.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros.

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

2.1.1 - Fundamentação Teórica

Para interpretar a essência da escola, seu aspecto social e a natureza do seu trabalho educativo, é necessário um estudo prévio para averiguar de qual sociedade fazemos parte. A escola é vista como um agente transformador, que muitas vezes se sente sobrecarregado, e no seu âmago aspira por mudanças cristalinas. A sociedade é volante, está em constante expansão, as suas transformações são impactantes em vários setores, a intensa urbanização causa alterações nas comunidades tradicionais.

Embora não haja sociedade estática: em maior ou menor grau, todas mudam, estabelecendo uma dinâmica que resulta do embate entre tradição e ruptura, herança e renovação. Atílio Boron (1996) questiona que tipo de sociedade deixa como legado estes quinze anos de hegemonia ideológica do neoliberalismo? Uma sociedade heterogênea e franqueada, marcada por profundas desigualdades de todos os tipos – classe, etnia, gênero, religião, etc. – que foram exacerbadas com a aplicação das políticas neoliberais. Uma sociedade dos “dois terços” ou uma sociedade “com duas velocidades”, como costuma ser denominada na Europa, porque há um amplo setor social, um terço excluído e fatalmente condenado à marginalidade e que não pode ser “reconvertido” em termos laborais, nem se inserir nos mercados de trabalho formais dos capitais envolvidos. Essa crescente fragmentação do social que potencializou as políticas conservadoras foi por sua vez reforçada pelo excepcional avanço tecnológico e científico e seu impacto sobre o paradigma produtivo contemporâneo. Essa modificação produzida pelo homem pode ser caracterizada como um ato de liberdade, entendendo-se liberdade não como alguma coisa que é dada ao homem, mas como resultado da sua capacidade de entender o mundo, planejar mudanças e realizar projetos. “A sociedade configura todas as experiências



individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as contribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si” (PINTO, 1994). Segundo Demerval Saviani (1995), o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode se limitar às aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Obviamente que não se trata aqui de leis naturais, mas sim de leis históricas, ou seja, de leis que se constituem historicamente.

Uma sociedade democrática onde aconteça a participação de todos nos processos decisórios que dizem respeito à sua vida, onde o indivíduo está inserido e se percebe como agente social e histórico, partindo das suas ações diárias nos espaços formais e informais. A busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social, continua sendo um horizonte histórico, em suma, nossa utopia para a humanidade. E, cabe a nós Profissionais da educação contribuir para esses ideais sejam trabalhados preparando os estudantes para uma participação ativa em sua vida de cidadão, pois esta é uma missão de caráter fundamental para a educação, pois os princípios democráticos se expandiram pelo mundo.

2.1.2 Direitos Humanos

Conduzir a educação para a cultura da paz é tão emergente quanto o trabalho pedagógico que visa alcançar os objetivos de aprendizagem dos estudantes, mais precisamente dos nosso estudantes ao qual estão inseridos nesse projeto. O Projeto Político Pedagógico é o documento que tem a função de buscar uma educação equalitária e não mecanicista que no seu âmbito traz a formação de mão de obra que leva as margens do mercado de trabalho para uma educação democrática os direitos humanos movendo uma educação digna e cidadã culturalmente voltada para a paz. É necessário trazer a luz a compreensão que os direitos são uma via de mão dupla, é primordial conhecer os direitos e reconhecer que o outro também possui direitos que devem ser respeitados isso implica dizer que é preponderante uma educação em e para os direitos humanos. [...] a dignidade da pessoa humana, princípio basilar dos Direitos Humanos, constitui a premissa básica no processo de elaboração do PPP, juntamente com a



Educação em Direitos Humanos que enfatiza a formação para a cidadania. (AMORIM, 2014, p.288).

É preciso compreender que a humanidade, o ser humano é um universo peculiar e que se percebe em diferentes grupos, essa diversidade traz temáticas imprescindíveis efetivação dos Direitos Humanos, como por exemplo, diversidade sexual, enfrentamento aos preconceitos, valorização de outras culturas, meio ambiente (como um direito das gerações atuais e futuras), inclusão social, dentre outras que destacam a importância do respeito à amplitude e complexidade que envolve a espécie humana.

É necessário uma observação na escolha sobre o que ensinar, como ensinar, com quais objetivos ensinar e sobre quais valores orientam essas escolhas que se insere a reflexão sobre a Educação em Direitos Humanos. Como oriento para a vida na escola e na sociedade. O dialogo é o caminho, o conhecimento se faz caminhando e não sozinho mas com a família e a comunidade. [...] A construção de um ambiente escolar que proporciona simultaneamente conhecimento, respeito, valorização positiva e promoção dos DH se dá mediante a formulação de um projeto pensado, discutido e orientado para tais fins. Neste sentido, os PPPs são elementos centrais à consolidação da EDH nas escolas, na medida em que são projetos coletivos que expressam simultaneamente o que a escola é e aquilo que ela pretende ser. (KLEIN, A. M, 2015, p. 280).

2.1.3 Políticas de Inclusão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado “garantir o atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

No contexto da educação inclusiva, espera-se que o Projeto Político Pedagógico expresse a igualdade de direitos e a valorização das diferenças como princípios fundamentais e inegociáveis da instituição a serem respeitados em todas suas atividades. Em uma perspectiva social a inclusão pode ser compreendida a partir de uma lógica binária que se caracteriza por polos opostos, sendo eles a inclusão e a exclusão. Condições que são revestidas por valores, a primeira compreendida mediante sentimentos e atitudes positivas imersas no amor,



solidariedade, tolerância e respeito. Enquanto a segunda é anunciada a partir da negatividade com a presença da intolerância, do preconceito e do sofrimento (HILLESHEIM; CAPPELLARI, 2019).

É fundamental que acolhimento aconteça de forma amorosa para que a criança sinta-se segura, para que a sua adaptação aconteça dentro do esperado, através da sua integração no espaço escolar seja dentro e fora da sala. Por isso organizar o espaço da qual a criança vai estar se inserido é fundamental pensar de como essa criança vai se integrar da forma mais acolhedora. A inclusão privilegia a valorização da criança com seus direitos fundamentais garantidos desde os primeiros anos de vida.

O artigo 205, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), trata do direito de todos à educação, ao apontar o desenvolvimento integral da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, enquanto o artigo 206, inciso I, estabelece os seguintes princípios para o ensino: "igualdade de condições, acesso e permanência na escola".

Essas normativas dispostas na Constituição Federal (BRASIL, 1988), dentre outras estão, também, asseguradas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), na Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

O acolhimento e organização dos espaços para receber a criança com necessidades, é de grande relevância e também acolher a junto a família, fazendo as orientações dessa fase de adaptação na escola. Uma vez que a participação da família que deve se sentir segura com o acolhimento que vai acontecer com os professores e funcionário em geral para receber a criança. Antes de qualquer conteúdo se faz necessário acolher, acalmar a criança caso tenha choro ou resistência para ficar na escola sem a presença do responsável. Quando a criança apresenta muita resistência para se adaptar na rotina escolar, a família é convidada a ficar um tempo com a criança em sala e aos poucos ir se distanciando até que a criança se acostume na rotina escolar. Assim como o tempo inicial de permanência da criança na escola ir aos poucos, no início e depois vai aumentando o tempo até que a criança se adapte a rotina normal e se integre ao grupo.

2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

2.2.1 Fundamentação Teórica



O conceito de Educação foi amplamente debatido por vários pesquisadores ao longo do tempo que interpretaram a Educação segundo as áreas de conhecimento distintas e formulam teorias e metodologias as atividades educacionais até os dias de hoje. A educação deve visar em uma formação de ensino que reduza as desigualdades sociais, respeitando as diferenças contextuais, culturais e geográficas da população inserida no contexto escolar.

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade. Assim como o ser humano, também a educação é um acontecimento sempre em transformação, seus objetivos e conteúdos variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas econômicas da produção, das lutas sociais. A educação considera a interação de todos os aspectos da pessoa humana com a sociedade na qual está inserida. São múltiplos os conceitos estabelecidos sobre a educação, mas necessariamente, um conceito de educação considera o homem e a sociedade. Daí decorrem os questionamentos: Que tipo de homem desejamos obter com o produto do nosso trabalho? Que tipo de sociedade interage com este homem que pretendemos formar?

Nesta instituição, pretendemos através das atividades educativas, se abrir para relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano, social, físico, ecológico, cultural e econômico, diversificando assim as formas de atuação, possibilitando maior interação entre esta instituição e a comunidade onde está inserida, pois compreendemos a educação como um processo que se baseia na reflexão sobre a realidade e, ao mesmo tempo, assimila suas necessidades e

2.2.2 - Concepção de infância e criança

Trabalhar com uma concepção histórica do conceito de criança significa ver a criança como um sujeito de direito e deveres, que precisa ser respeitado e valorizado em cada movimento que realiza na conquista de sua autonomia, no desenvolvimento de seu espírito crítico e criativo no estímulo à ação cooperativa, responsável e solidária.

A partir da constituição Federal de 1988 se começa a ter uma concepção de infância, dando-lhe, dando-lhe a dimensão de cidadania. A criança passa a ser entendida como um cidadão de direitos, e como tal necessita de uma educação de direitos, e como tal necessita



de uma educação de qualidade voltada ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Assim como citado por Kramer (1984).

Qualquer trabalho consciente desenvolvido com criança não pode prescindir de uma definição de qual era (e que é) o conceito de infância no interior das diversas classes sociais. Parte -se do princípio de que as crianças (nativas ou imigradas, ricas ou pobres, brancas ou negras) tinham (e tem) modos de vida e de inserção social diferentes uma das outras, o que correspondia (e corresponde) a diferentes graus de valorização da infância pelo adulto, a partir de suas condições econômicas, sociais e culturais e, do papel efetivo que exerciam (e exercem) na sua comunidade.

2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar

Assim como as concepções de criança e infância se modificaram historicamente, também as instituições que tem se dedicado à educação de criança têm passado por transformações.

No período crescente do capitalismo, a escola tinha função assistencialista, um lugar de cuidados sem objetivos para que as mães trabalhassem. Com o passar do tempo surgia a ideia de que a escola era um espaço de aprendizagem para o desabrochar, desenvolvendo a criança como um todo. A escola irá adotar princípios, corrigir, compensar e recuperar suas condições de marginalidade social. “A aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história” (VYGOTSKY, 1991, p. 8).

O cuidar e educar precisam estar associados, pois a criança aprende melhor quando interage com o outro num ambiente acolhedor, confiável e seguro. Essa interação com o meio enriquece seu aprendizado. As ações devem ser planejadas, sistematizadas, organizadas, em gestões compartilhadas entre crianças, professores, educadores, pais, cada um deles portadores de diferentes culturas e saberes, portanto com diferentes concepções de cuidar e educar, que se somam.

2.2.4 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

Para Kramer (2007 p.20) a inserção da criança no Ensino Fundamental exige diálogo entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, um diálogo institucional e pedagógico, dentro da



escola, entre as escolas e na sala de aula, com objetivos claros. Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e risos soltos e sonoros. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e o lúdico também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. Na educação infantil, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, a vagas em creches assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Em ambas temos grandes desafios: o de pensar a creche, a e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais (KRAMER, 2007, p. 20). Ou seja, não se refere a etapas, mas sim, no compromisso com a infância em todos os seus aspectos, constituindo a escolaridade como prioridade na vida das crianças, oportunizando-os a construção social, cultural e cognitiva com respeito as singularidades e direitos. Entendemos assim que a transição da educação infantil para o ensino fundamental deve ocorrer de maneira que se considere as necessidades das crianças e o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. (BNCC, p.53)

2.2.5 Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

O que antes era definido pelo lúdico, por momentos de descobertas e interatividade, dá espaço para uma rotina pautada em mais disciplina, novos formatos de material didático e objetivos. O fator que merece destaque é que se trata de uma grande transição numa fase



deveras importante para a criança, mas que deve ser continua a fase anterior da qual a criança esta inserida .

É compreensível, há diferenças entre os professores, são compreensíveis as especificidades do ensino e do aprender e as diferentes trajetórias profissionais e pessoais deles, além das diferentes metodologias. A escola organiza uma reunião para repasses de informes sobre o estudante, bem como uma reunião com os pais com as duas instâncias, municipal e estadual para que sejam repassado e esclarecidas as dúvidas para que os pais sintam-se acolhidos nesse novo momento com a criança.

A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI Orienta procedimentos para transição entre as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II. A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e Considerando o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. INSTRUI:

Art. 1º As instituições da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá a delinear estratégias à continuidade da trajetória da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e desta, para o Ensino Fundamental II, necessárias para facilitar o percurso escolar da criança/estudante, por meio de atividades pedagógicas e orientações da Secretaria Municipal da Educação e Ensino Integral – SEMEDI, para sua execução.

Art. 2º Cabe aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, assegurar práticas, vivências e experiências significativas durante o ano letivo, contribuindo assim para a formação integral da criança/estudante, em toda as etapas de ensino ofertadas, mantendo a reflexão acerca da ação pedagógica, resignificando e auxiliando no processo de transição.

Art. 3º Consideram-se como registros pertinentes a subsidiar o processo de transição: I - fotografias; II - vídeos; III - Parecer Descritivo/Boletim Escolar; IV - relatos dos pais ou responsáveis legais; V - relatórios dos profissionais da educação; VI - visitas nas instituições. §1º Ficará sob a responsabilidade da equipe pedagógica das instituições de ensino, a entrega dos Pareceres Descritivos da Educação Infantil no Departamento de Estruturação e Funcionamento das Unidades de Ensino da SEMEDI, conforme cronograma estabelecido. § 2º Os registros avaliativos deverão ser arquivados na instituição



Art. 4º Cabe à SEMEDI, através dos Departamentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental: §1º Incluir nos processos de formação a temática da transição entre as etapas de ensino. §2º Realizar, ao longo do ano, reuniões técnicas para o acompanhamento das ações realizadas na transição da Fase I para a Fase II do Ensino Fundamental, com representantes das equipes pedagógicas das duas redes de ensino (municipal e estadual). §3º Orientar a equipe gestora a realizar trocas de experiência entre os profissionais responsáveis pelas crianças/estudantes das etapas de ensino em processo de transição. §4º Viabilizar às instituições de ensino os Pareceres Descritivos das crianças da Educação Infantil.

Art.5º Cabe às equipes gestoras: §1º Disponibilizar um período de adaptação para o acolhimento das crianças/estudantes, assim como a escuta dos pais e/ou responsáveis e suas expectativas em relação ao atendimento nas instituições da Rede Municipal de Ensino. §2º Valorizar as vivências das crianças/estudantes e seus familiares, orientando sobre as práticas pedagógicas. §3º Viabilizar aos docentes os Pareceres Descritivos das crianças da Educação Infantil. §4º Vincular esforços para organização e elaboração de ações e estratégias pedagógicas para o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e das turmas do 5º ano para o 6º ano do Ensino Fundamental II. §5º Propor momentos de interação, a fim de que os estudantes do 5º e 6º ano se habituem gradativamente à etapa posterior.

Art. 6º Cabe aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino: §1º Promover momentos de visitas dos estudantes nas futuras instituições mais próximas, para que conheçam o novo ambiente, assim como os docentes, a organização e o funcionamento da nova instituição de ensino. §2º Manter a escuta ativa das crianças/estudantes respeitando o seu processo de aprendizagem, assim como acolhimento dos familiares. §3º Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais e/ou responsáveis, visando minimizar o impacto na transição.

Art. 7º A SEMEDI, a qualquer momento, poderá expedir Instruções Normativas Complementares para garantir a efetividade desta transição. Art. 8º Os casos omissos referentes a esta Instrução Normativa serão acompanhados e resolvidos pela SEMEDI.

2.2.6 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)

O atendimento na sala multifuncional na instituição “Nova Brasília aconteceu de junho a dezembro de 2023. Neste ano de 2024 foi transferida para a Escola Teodoro Valentim devido a baixa demanda em Nova Brasília e o aumento da demanda em Encantadas. O atendimento se dá com a professora especialista na modalidade da Classe de AEE, onde as crianças que ainda não tem o laudo passam por uma triagem e após isso podem ser ou não encaminhadas para avaliação multifuncional. As crianças que possuem laudo são inseridas nesse suporte que, traz melhoras significativas no seu aprendizado. As crianças são atendidas em horários específicos e de modo individualizado. A cada semestre são feitos os repasses para a escola estar integrando os conhecimentos a respeito da evolução de cada criança inserida. O diálogo entre a escola, a professora da sala multifuncional e a família são práticas fundamentais no acompanhamento da criança, sendo assim a professora da sala regular está constantemente integrando as atividades para potencializar o ensino com a criança.

Já o atendimento domiciliar é um direito que constituído na lei, para que a criança, mesmo em tratamento de saúde, não perca o vínculo com a instituição escolar, podendo dar a continuidade do seu tratamento. De acordo com a Deliberação COMED no 01/2019:

Art.48: O atendimento Pedagógico domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento educacional aos estudantes matriculado na Educação Básica em seus diferentes níveis etapas e modalidade de ensino, para as adaptações/ flexibilização curriculares que deverão ser realizadas na residência do educando e no ambiente de ensino exercido numa integrada com os serviços de saúde.

Até o momento não houve a necessidade de realizar o atendimento pedagógico domiciliar com nenhum dos nossos estudantes.

2.2.7 Educação para as relações étnico-raciais

Reconhecer e valorizar as raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. foi um trabalho de consultas, formal ou informal, com professores, estudantes, coordenadores de educação, pais de alunos, e outros. Foi um processo longo e o



mais profundo possível que ainda está sendo construído nas diferentes relações no âmbito escolar. Em 2003 , houve um avanço importante na luta antirracista no país foi consolidado a partir da Lei 10.639 . Onde a legislação tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras desde o ensino fundamental até o ensino médio.

“A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.” (BRASIL, 2004).

Aliadas, então a elaboração de políticas públicas eficazes, faz-se necessário que as escolas, os seus profissionais promovam um amplo movimento, tendo como horizonte a discussão e redimensionamento dos currículos, dos materiais pedagógicos com relação às etnias, incluindo a comunidade negra. Professores e demais profissionais educacionais que circundam a Educação Infantil, com o intuito de educar na diversidade, devem oferecer oportunidade para que as crianças façam sua interpretação do mundo. A inclusão das práticas pedagógicas envolvendo as relações étnico-raciais e previstas na proposta pedagógica conforme a Deliberação da CEE/PR nº 04/06 em seu artigo 2º:

O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. (PARANÁ, 2006).

A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, porém não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores (licenciaturas).

2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes



Todas as ausências dos estudantes geralmente são justificadas via contato telefônico ou com atestados médicos. No grupo de whatsapp da turma, também são colocados informativos sobre a responsabilidade e colaboração dos pais quanto assiduidade, assim como também é mencionado em reunião com os pais. Em casos de faltas injustificadas, são enviados recados ao contato dos pais perguntando sobre a ausência da criança e caso as faltas persistam, ainda que justificadas verbalmente, são lançadas no Serp (5 faltas consecutivas ou 7 alternadas). A orientação seguida é que a busca ativa inicia com a professora, caso não tenha retorno da criança é passada para a pedagoga dar continuidade no contato com os responsáveis pela criança. Normalmente há retorno da criança às aulas, e quando não ocorre é encaminhado ao conselho tutelar para dar a continuidade na Busca ativa .

2.2.7 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão (Sistema Educacional de Rede de Proteção – Serp e Conselho Tutelar)

Os instrumentos utilizado para os registro da criança se dá através do sistema online do Livro de Registro de Classe Online (LRCO). Quando as faltas são recorrentes, a família é chamada para dar ciência que as faltas estão prejudicando o desenvolvimento da criança com registro escrito dessa orientação. Caso as faltas permaneçam, no caso de 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados dos(as) estudantes do Ensino Fundamental e 15 dias consecutivos ou 30 alternados para Educação Infantil, são lançadas no sistema SERP e são encaminhadas os relatórios para o Conselho tutelar dar continuidade na busca da criança.

A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04/2023 – SEMEDI Dispõe sobre as normas para busca ativa dos(as) estudantes em evasão escolar, em situações de risco ou fora da escola da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá:

Art. 3º Faz-se necessário o registro da frequência dos(as) estudantes no Livro de Registro Classe Online dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

§ 1º Após constatar a ausência de 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados dos(as) estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e 15 dias consecutivos ou 30 alternados para Educação Infantil, sem justificativa na participação das aulas, a equipe gestora deve iniciar o processo da busca ativa de acordo com o Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP.

§ 2º O SERP deverá ser preenchido com os dados apenas dos(as) estudantes infrequentes. § 3º O Sistema deverá constar detalhadamente a quantidade de tentativas, as datas da busca ativa, os responsáveis contatados, os acordos estabelecidos e os instrumentos que a equipe estabeleceu para entrar em contato com a família.

§ 4º Esgotadas as tentativas da instituição em contatar a família da criança/estudante que não apresenta frequência, a equipe gestora deverá comunicar o Conselho Tutelar através de relatório e posteriormente inserir no SERP. Para que assim, o Conselho atue e aplique as Medidas de Proteção cabíveis, a fim de garantir o vínculo e o pertencimento do(a) estudante ao ambiente escolar.

2.3 - CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1 - Fundamentação Teórica

A participação e gestão democráticas são processos que se constroem na experiência do cotidiano da instituição educacional e no compartilhamento dos valores e objetivos que se tornam coletivos. Os artigos 12, 13, 14 da lei 9394/96 estabelecem que as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional” apontam, a importância da gestão democrática para a educação.

A elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico teve um papel fundamental na construção da gestão democrática, na medida em que oportunizou o compartilhamento de concepções e valores, a abertura para a discussão de diferentes pontos de vista, na escola. estando então de acordo com a deliberação 02/05 CNE que estabelece o Projeto Político Pedagógico como resultado da participação coletiva da comunidade e dos profissionais da instituição (art.10), a garantia do funcionamento, tomadas de decisões conjunta no planejamento, avaliações e questões de avaliação e administrativas que buscam envolver a comunidade escolar, alunos, pais e funcionários, são frutos da nossa instituição que se baseia no seu regimento interno, garantindo esse bom funcionamento.

Em conformidade com a deliberação 02/05 no artigo 10, onde discorre que a instituição explicita em sua proposta pedagógica a gestão escolar expressa através de princípios democráticos e de forma colegiada (art. 11-VIII), em consequência disso há na instituição a liberdade no compartilhar algumas dificuldades ou dúvidas da família dos alunos com a instituição, oferecendo este as crianças durante a sua estadia na sua instituição.



2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários- APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores

A modalidade da Escola Municipal do Campo Nova Brasília contempla apenas a composição do conselho escolar. Sendo assim o conselho escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da mantenedora, observando a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da escola, para cumprimento da função social específica da escola.

A função deliberativa se refere à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

A função consultiva se refere à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

A função avaliativa se refere ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar.

A função fiscalizadora se refere ao acompanhamento e fiscalização da gestão democrática pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

O Conselho Escolar não tem a finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer outra natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola, prevista no Projeto Político Pedagógico. Sendo assim tem por objetivos:



- Realizar a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no projeto político pedagógico da escola;
- Constituir-se em instrumento de democratização das relações no interior da escola, ampliando os espaços de efetiva participação da comunidade escolar nos processos decisórios sobre a natureza e a especificidade do trabalho pedagógico escolar;
- Promover o exercício da cidadania no interior da escola, articulando a integração e a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal;
- Estabelecer políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho pedagógico na escola, a partir dos interesses e expectativas histórico- sociais, em consonância com as orientações da mantenedora e a legislação vigente;
- Acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, realizando as intervenções necessárias, tendo como pressuposto o Projeto Político Pedagógico da escola;
- Garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que a organização da atividade educativa escolar esteja pautada nos princípios da gestão democrática.

DA CONSTITUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 12 O Conselho Escolar é constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, previsto no Art. 16.

Art. 16 O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, previstas nos Art. 14 e 15, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- a) representante dos trabalhadores da educação docentes;
- b) representante dos pais de alunos ou responsáveis.

Parágrafo único – A Escola Municipal do Campo “Nova Brasília” compôs o seu conselho escolar de acordo com a Deliberação COMED nº 02/15, artigos 9º §2º e 18.

Composição da chapa atual

CARGO	NOME	ASSINATURA
-------	------	------------

Diretor (a)	Joice Cristina Pereira	
Representante dos Trabalhadores da Educação Docente	Lilian Borba Macedo	
Representante dos Trabalhadores da Educação, não docentes	Sandra Santana dos Santos	
Representante da APMF	Não há	
Representante dos Pais de Alunos e/ou Responsável	Fabiano Campos Serafim	
Representante dos Movimentos Sociais Organizados da Comunidade	Helio da Silva chagas Ribeiro	

2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

Para a resolução dos conflitos humanos no ambiente escolar, no primeiro momento é feita uma conversa entre os pares envolvidos para entender e mediar as situações. Posteriormente são dadas as orientações devidas a cada situação específica que gerou o conflito. Quando ainda assim os conflitos permanecem, são levados para o Departamento de Educação do Campo, que também irá fazer uma conversa entre os pares e dar as orientações necessária para que o conflito acabe.

A gestão dos recursos acontece por meio da Secretaria Municipal, os funcionários da instituição fazem os apontamentos das necessidades que possuem através das solicitações em ofícios enviados para o setor responsável.

2.3.4 - Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

O Projeto Político Pedagógico desta instituição considera que a E.M.C. “Nova Brasília” promove a prática de cuidado e educação na perspectiva da integração dos aspectos físicos,



emocionais, afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais do aluno, entendendo que a criança é um ser completo, promovendo também a interação entre as diversas áreas de conhecimento e os aspectos da vida cidadã, construindo valores e conhecimentos. Todo esse trabalho desenvolvido é complemento à ação da comunidade. A interação entre essas duas instâncias acontece nas reuniões e eventos escolares realizados ao longo do ano letivo.

No início do ano letivo realizamos as boas vindas com as reuniões para dar as orientações. Em maio é dada a sugestão para realização de atividades integrativas envolvendo a família nesse momento com a criança. No final do semestre a festa junina ou julina com apresentações de dança, integrando a família nesse momento cultural e encerrando as atividades referente ao 1º semestre. Em agosto, temos o dia da família na escola, as professoras tem autonomia para realizar atividade que traga a família para a sala de aula. Em outubro, no mês da criança, também são realizadas atividades lúdicas com apresentações culturais. Em dezembro para o encerramento do ano letivo, também ficam em aberto atividades culturais com apresentação das crianças e entrega de boletins.

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais

Devido às especificidades do campo, conforme estabelecido pela deliberação N.º 01/11 - COMED/PGUÁ e pela LEI COMPLEMENTAR 182/2015 as escolas do campo não contam com diretor, sendo a pedagoga e professoras responsáveis pela parte pedagógica e administrativa da escola. Para tanto, segundo a Lei Complementar, professores em unidades de ensino na zona rural, recebem gratificação de 30% sobre o salário base, para realizar tais funções:

O artigo 20 da Lei Complementar no 151, de 03 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 Em se tratando de unidade de ensino localizada na zona rural, comunidade pesqueira ou insulana, com exceção as localidades da Ilha dos Valadares e área central de Alexandra, em que haja apenas professor no exercício da função de docente, e que desempenhe serviços administrativos e pedagógicos, é assegurada, a título de gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora-aula, quando for o caso.

O sistema de autogestão promove uma participação ativa da comunidade escolar. A família é incentivada a participar da vida escolar de seus filhos, contribuindo em reuniões e atividades pedagógicas. Esse envolvimento fortalece a relação escola-família, permitindo que todos opinem e tomem decisões para o bom funcionamento da escola.

As metas e ações deste plano para 2024/2025 estão focadas no fortalecimento de todas as dimensões da comunidade escolar. Buscamos promover um ambiente escolar propício ao aprendizado, desenvolvendo autonomia, respeito à diversidade social e cultural, e garantindo a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade educacional. As atividades serão implementadas conforme o calendário escolar e os recursos financeiros disponíveis, em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e outras entidades colaboradoras.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

Os registros da mediação de conflitos interpessoais são registradas em atas. A resolução dos conflitos, num primeiro momento, tendem a ser resolvidas entre os pares e caso não seja resolvido e o problema persista, a intervenção é feita pela SEMEDI fazendo novas orientações para que a situação seja sanada. A resolução dos conflitos entre os estudantes, num primeiro momento, é dialogado entre os pares e a professora, caso não resolva é chamado para que a pedagoga faça a intervenção chamando os responsáveis para o diálogo e fazer as orientações devidas. E se mesmo assim o conflito permanecer, é solicitada uma orientação por parte do departamento do campo.

2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora

A articulação entre a unidade educacional e a mantenedora é fundamental para a construção de um sistema educacional coeso, eficiente e de qualidade. Esta relação envolve comunicação clara e eficaz, planejamento colaborativo, formação continuada com objetivos similares e ações conjuntas. Esse alinhamento assegura que a escola funcione como um organismo vivo, garantindo que a educação seja um direito de todos e um instrumento de transformação social. Essa articulação eficaz é garantida por solicitações por meio de ofícios,



para formalizar necessidades e propostas entre a escola e a mantenedora, e por reuniões presenciais e virtuais (Pedagógicas, Técnicas e Administrativas) para discutir políticas, estratégias e acompanhar o desenvolvimento escolar.

A unidade educacional depende do apoio e suporte da mantenedora para recursos financeiros, infraestrutura, desenvolvimento curricular e formação de professores. Em contrapartida, a mantenedora acompanha, orienta e avalia o desempenho da unidade educacional, garantindo que as metas e objetivos estejam sendo alcançados conforme as diretrizes institucionais.

Para promover uma articulação eficaz, são estabelecidos canais de comunicação claros e eficientes, incluindo reuniões periódicas, relatórios de desempenho, feedbacks regulares e discussões sobre políticas e estratégias educacionais. Ambas as partes trabalham em colaboração, respeitando e valorizando as contribuições mútuas para o sucesso da instituição como um todo.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes

A articulação entre os profissionais da educação acontece de forma direta e contínua no dia a dia da escola quando necessário a intervenção da pedagoga para mediar a situação que envolve o momento. Geralmente todas as solicitações são sanadas entre a criança, a professora e responsável pela criança.

A interação entre os profissionais e as crianças deve ser baseada no respeito, confiança e interesse genuíno pelo bem-estar e progresso dos alunos em todas as situações. Isso inclui a presença ativa e engajada dos educadores, que vão além da transmissão de conhecimento para também oferecer suporte emocional e relacional.

O diálogo entre educadores e alunos é uma ferramenta essencial para estreitar relações e criar vínculos duradouros. Os profissionais devem demonstrar interesse genuíno pelos alunos, oferecer suporte individualizado, estar atentos às necessidades emocionais dos alunos, criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo.

Nesta instituição, busca-se aplicar a pedagogia da presença, uma abordagem que enfatiza a importância da presença física, emocional e relacional do educador. Esta pedagogia



valoriza a conexão significativa entre professor e aluno, promovendo um ambiente de confiança e respeito mútuo.

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA

A partir deste ano foi institucionalizada a Lei 14.811/2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A Escola deve assumir-se como um espaço privilegiado na prevenção e combate a todas as formas de violência. Daí a importância que assume a promoção e a implementação, de um “Plano de Prevenção e Combate ao *Bullying* e ao *Cyberbullying*”, centrado e consolidado numa abordagem estratégica e holística de sensibilização e de prevenção sistêmica, de modo a definir mecanismos de intervenção em meio escolar. De notar que se pretende, também, que esta proposta se possa adequar à prevenção e combate a outros tipos de violência e que já são trabalhados pelas equipas de Educação para a Saúde.

As orientações referente a conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência dentro da escola são práticas permanentes no dia a dia escolar durante as aulas e as atividades escolares. Além disso, sempre que o professor ou outro funcionário, familiares e a criança percebe algo que possa constranger o colega a intervenção do professor é imediata de forma a orientar que tais comportamentos não podem acontecer, são feitas as orientações para que a situação não se repita. Quando necessário a família também é comunicada e orientada sobre a situação.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1- Fundamentação Teórica



O planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político Pedagógico. O planejamento deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, e se institui como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento, no âmbito da unidade escolar, caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho.

É importante reconhecer que o planejamento é uma atividade multidisciplinar que se beneficia da integração de múltiplas perspectivas teóricas e práticas para abordar desafios complexos e alcançar objetivos organizacionais e sociais. Geralmente envolve o processo de estabelecer metas, identificar recursos necessários e desenvolver estratégias para alcançar essas metas de forma eficaz e eficiente. O formato e as orientações são sempre sugeridas pela SEMEDI e Formações SEFE sempre tendo como base a BNCC e o currículo municipal. De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96) em seu artigo 9º, estabelece que uma das incumbências da União é elaborar o Plano Nacional de educação (PNE). Tendo como atribuição para estados e municípios, constituírem seus sistema de ensino (arts. 10 e 11).Tendo como tarefas " elaborar e executar sua proposta pedagógica "(art.12) Atribuída aos docentes entre outras funções " participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino " (art.13).

2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono/evasão e relação idade/ano)

O plano de ação para recuperar o aprendizado se dá no atendimento individual da criança, além da oferta de aula de reforço quando há disponibilidade de horário. Flexibilização curricular, atividades para casa com apoio da família, e apoio da sala de recursos multifuncional.

Os programas do governo federal , através das avaliações externas que estão acontecendo frequentemente, subsidiam a escola a ter um panorama da aprendizagem dos estudantes. O IDEB Divulgado a cada dois anos, é calculado a partir dos dados sobre aprovação

escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em 2021, foram estabelecidas as metas para o país. Quanto maior o desempenho dos alunos e maior o número de alunos aprovados, maior será o IDEB. A avaliação tem o objetivo de verificar a fluência em leitura dos estudantes em fase de alfabetização. O programa Educa Juntos, da Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR, prevê uma série de medidas para colaboração entre a rede estadual e as municipais. A primeira edição aconteceu de 21 a 31 de março de 2023. Os resultados dessa avaliação possibilitarão a elaboração de estratégias para melhorar o processo de aprendizagem, desde as práticas em sala de aula até o planejamento por parte dos gestores das escolas e das Secretarias de Educação. Esta formação faz parte do Programa Educa Juntos, instituído pela Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, e está prevista entre as ações do Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada - CNCA, do Ministério da Educação - MEC, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

O Programa inDICA de Gestão da Educação, é uma proposta da Editora Opet focada na avaliação diagnóstica dos estudantes. Em um momento crítico da educação, o inDICA é um aliado importante das escolas e das redes de ensino. Ao aderir ao programa, as escolas e redes de ensino parceiras do inDica recebem as ferramentas, informações completas e formação para a sua utilização em todas as etapas.

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO NOVA BRASÍLIA
PLANO DE AÇÃO**

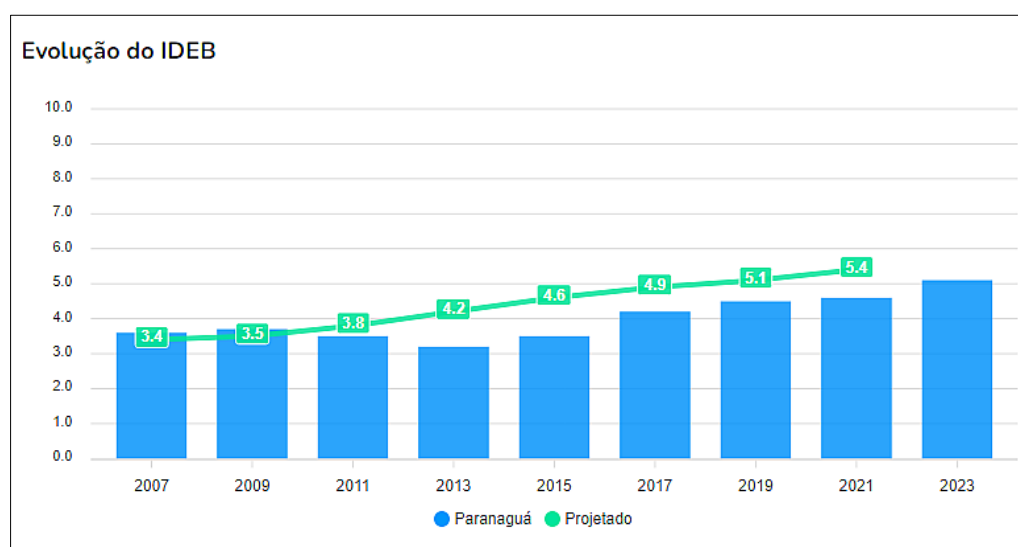
O plano de ação é um instrumento da Equipe Docente e Pedagógica para que a escola desenvolva ações que procurem garantir o sucesso escolar dos estudantes. Esse documento deve trazer como objetivos a redução do abandono, a redução da reprovação e a melhoria da aprendizagem.

Objetivo	Meta/prazo	Ação	Detalhamento das ações	Responsável
(O que queremos alcançar? Lembre-se que estão são as Frentes de Atuação)	(Qual resultado queremos atingir e em Quanto tempo?)	(O que devemos fazer para chegar onde projetamos?)	(Como faremos as ações propostas?)	(Quem ficará à frente da ação?)

<p>Redução dos índices de reprovação dos estudantes</p>	<p>Verificar ao final de cada trimestre a situação de cada aluno</p>	<p>A partir da verificação do rendimento dos estudantes, proporcionar ações para melhorar o rendimento</p>	<p>Conversa com os pais com o intuito de incentivar e auxiliar o estudante nas atividades de casa; Proporcionar o programa Se Liga ao final de cada trimestre aos estudantes que necessitarem</p>	<p>Professores Equipe pedagógica e Equipe docente</p>
<p>Melhoria da aprendizagem dos estudantes</p>	<p>Através do acompanhamento semanal dos conteúdos e atividades desenvolvidos pelos professores aos estudantes</p>	<p>Através do acompanhamento da hora atividade e das aulas</p>	<p>Realizar um acompanhamento desde a elaboração da aula, sugerindo alterações quando necessárias, acompanhamento da aula e dar o feedback ao professor, e sempre que necessário sugerir metodologias diferenciadas</p>	<p>Equipe pedagógica e Equipe docente</p>
<p>Redução dos índices de abandono</p>	<p>Acompanhamento diário do programa presente na escola</p>	<p>Intensificar as conversas com as famílias dos estudantes com risco de evasão/abandono Rede de proteção</p>	<p>Convocar os pais ou responsáveis pelo estudante com índices elevados de faltas, com registro na ficha individual do aluno; Caso persistam as faltas, convocar novamente os pais</p>	<p>Equipe pedagógica e Equipe docente</p>



			ou responsáveis e fazer registro em ata Fazer a utilização dos aparelhos de proteção à criança e adolescente	
--	--	--	---	--



2.4.3 - Plano de Ação do Diretor

Devido às especificidades do campo, a escola não possui um diretor na escola, conforme estabelecido pela deliberação N.º 01/11 - COMED/PGUÁ e pela LEI COMPLEMENTAR 182/2015. A ausência de uma equipe de direção e pedagógica presencial é justificada através dessas normativas. Segundo a Lei Complementar, professores em unidades de ensino na zona rural, comunidades pesqueiras ou insulanas recebem uma gratificação de 30% sobre o salário base, abrangendo funções docentes, administrativas e pedagógicas.

O sistema de autogestão promove também uma participação ativa da comunidade escolar. Pais são incentivados a participar da vida escolar de seus filhos, participando em reuniões e atividades pedagógicas. Esse envolvimento fortalece a relação escola-família, permitindo que todos participem e tomem decisões para o bom funcionamento da escola.



As metas e ações deste plano para 2024/2025 estão focadas no fortalecimento de todas as dimensões da comunidade escolar. Buscamos promover um ambiente escolar propício ao aprendizado, desenvolvendo autonomia, respeito à diversidade social e cultural, e garantindo a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade educacional. As atividades serão implementadas conforme o calendário escolar e os recursos financeiros disponíveis, em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e outras entidades colaboradoras.

O plano de gestão do diretor nas escolas do campo acontece em paralelo aos plano de trabalho do professor e do pedagogo de acordo com a Deliberação nº 01/11 Comed / Pguá, aprovada em 14/04/2011 para a escola do Campo onde a Autogestão são atribuições compartilhadas com os professores e pedagogo da instituição De acordo com a LEI 182/2015:

Art. 1º O artigo 20 da Lei Complementar nº [151](#), de 03 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 Em se tratando de unidade de ensino localizada na zona rural, comunidade pesqueira ou insulana, com exceção as localidades da Ilha dos Valadares e área central e Alexandra, em que haja apenas professor no exercício da função de docente, e que desempenhe serviços administrativos e pedagógicos, é assegurada, a título de gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora-aula, quando for o caso. § 1º O percentual de que trata o caput não será considerado no cálculo realizado para concessão de adicional por tempo de serviço ou de gratificação. § 2º A Gratificação poderá ser percebida cumulativamente com outras gratificações; § 3º Perderá a Gratificação, automaticamente, o profissional do magistério, que for lotado em Unidade de Ensino que não se enquadre no caput desse artigo." (NR)

2.4.4 - Plano de Ação do Pedagogo Coordenador e Orientador

Neste ano, as orientações a respeito do trabalho pedagógico para 2024 foram realizadas através de formações com a equipe do departamento do campo, com o grupo de professores e pedagogos na secretaria de educação em Paranaguá, onde também é feita a distribuição de turmas e horários dos professores. Também ocorreu a formação através de palestras. Após foi feito o repasse das orientações para a atualização do Projeto Político Pedagógico seguindo as novas atualizações e tópicos considerando a Deliberação COMED/Paranaguá nº 02/2023.

O trabalho da pedagoga com as professoras se iniciou num primeiro momento com um café de boas vindas e após foi apresentado o cronograma com as atividades previstas de acordo com o calendário escolar, onde são previstas as datas do trimestre, recesso e os prazos dos trabalhos, ficando em aberto para que os pares possam contribuir com sugestões a respeito do

que esta previsto e que devem contemplar durante o ano , como os eventos , reuniões com as famílias e formações pela escola.

CRONOGRAMA DE TRABALHO EQUIPE PEDAGOGICA 2024

"A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma nação." - Nelson Mandela

JANEIRO / FEVEREIRO

1º Trimestre : 08 / 02 a 17 / 05 - 66 dias letivos

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Retorno Pedagoga/serviços Gerais	22/01	
Retorno e formação Professores	01 e 02 formação continuada 05 Planejamento 06 e 07 reformulação do PPP	SEMEDI
Retorno da Criança	08 /02	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Reunião com as Famílias Escola	20 /02	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega Planejamento	25/02	Professora Cybele e Professora Lilian.

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Devolutiva planejamento	28/02	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

MARÇO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Dia da mulher - Contextualizar no planejamento o histórico dessa data.	1º ao 08	Professora Lilian.
Avaliação diagnóstica com relatório da turma -	1º ao 15	Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Semana de avaliação 1º trimestre -Escola	25 a 28	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	28	Professora Cybele e Professora Lilian.
Feriado Páscoa	29	Observação: Sugestão da equipe para contextualizar essa data. Todos de acordo para fazer uma Páscoa saudável e não apenas entrega de doces e chocolate.

ABRIL

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana de recuperação	01 a 05	Professora Cybele e Professora Lilian.
Semana de Pré-Conselho	09 a 12	Professora Cybele e Professora Lilian.
Formação em serviço com profª em H/ A	24	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	28	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

MAIO

2º Trimestre: 20 /05 a 30/08 - 61 dias letivos

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Conselho de classe	06	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Reunião família - Segue a sugestão para trazer um palestrante ou fazer uma ação social com diferentes profissionais com palestra e orientações sobre saúde e direito da criança	09	Professora Cybele e Professora Lilian Aberto para fazer oficina com a família. Trazer um especialista em saúde da mulher entre outros.

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Pós - Conselho	21 a 24	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	28	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.
Entrega de Boletins do 1º trimestre.	27 a 29	Professora Cybele e Professora Lilian.

JUNHO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Formação em serviço	20	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Semana de Avaliação	17 a 21	Professora Cybele e Professora Lilian.
Semana de Pré Conselho	24 a 28	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	28	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

JULHO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana cultural com exposição do trabalho das crianças, cada turma apresentar uma dança ou teatro , cada profissional fazer a sua contribuição com sugestão para essa semana para fechamento do semestre.	01 a 05	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Recesso Escolar	08 a 17	-----
Planejamento	18	Professora Cybele e Professora Lilian.
Formação continuada	19	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Retorno das aulas para crianças.	22	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	24	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	30	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Aniversário Paranaguá	29	-----

AGOSTO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Formação SEFE	01 e 02	SEMEDI /SEFE
Semana de Prova	05 a 08	Professora Cybele e Professora Lilian.
Semana do domingo do dia dos pais. Segue a sugestão de fazer uma atividade em sala ou fora de sala com a família e criança.	Dia 09	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian. Oficina de Arte com a família.
Semana de recuperação	12 a 15	Professora Cybele e Professora Lilian.
Conselho de Classe	16	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	26	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	28	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Pós - Conselho	26 a 29	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.

SETEMBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Formação Sefe	01/02	SEMEDI/SEFE
Feriado e recesso	07/08	-----
Entrega de Boletins do 2º trimestre.	11 a 13	Professora Cybele e Professora Lilian.
Formação em serviço	20	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	27	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

OUTUBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Teatro da Turma da manhã e tarde	04	Professora Lilian.

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Confraternização do dia da criança (Pensar nas ações desse dia) Passeio no aquário , cinema em Paranaguá....	11	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Confraternização dia do professor / pedagogo/ merendeira / serviços gerais. (Trazer sugestões de todos)	19-sábado Sugestão - Passeio em Morretes Passeio com almoço em Santa felicidade e Shopping Café colonial e almoço em São José dos Pinhais	Não houve interesse entre as partes.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	29	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

NOVEMBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana de Pré-Conselho	04 a 08	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Semana de prova	18 a 22	Professora Cybele e Professora Lilian.
Semana de recuperação	25 a 29	Professora Cybele e Professora Lilian.
Entrega planejamento	25	Professora Cybele e Professora Lilian.
Devolutiva de planejamento	27	Coordenadora Pedagoga Professora Suely.

DEZEMBRO

Ações pedagógica	Data	Responsáveis
Conselho de Classe	09	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Pós Conselho	16 e 17	Coordenadora Pedagoga Professora Suely, Professora Cybele e Professora Lilian.
Confraternização funcionário (Sugestão em aberto.	14	Não houve interesse entre as partes.
Fechamento RCO	18	Professora Cybele e Professora Lilian.
Escola entrega Boletins 3º trimestre	19 e 20	Professora Cybele e Professora Lilian.

REFORÇO: A partir da segunda quinzena de março, após avaliação diagnóstica, a pedagoga Suely as professoras Cybele e Lilian estarão realizando o reforço escolar no contra turno, uma vez na semana. Ficou acordado iniciar no 1º semestre realizar a construção de materiais pedagógico e a partir do 2º semestre dar início o reforço com as crianças com baixa aprendizagem.

PROJETOS: Analisar e ajustar quais as mudanças precisam serem feitas e o que deve permanecer.

AValiação: É processual, diária e contínua, a criança é avaliada a todo momento, porém existem as datas com fechamento de trimestre que devem ser consideradas e comunicada às famílias, as semanas de avaliações, recuperação e entrega de boletins.

ATENDIMENTO AOS RESPONSÁVEIS: Sempre acompanhado e de preferência no dia da hora atividade e não na porta da sala de aula, sempre compartilhar as informações com a pedagoga e vice versa.

BUSCA ATIVA: O contato inicial é feito pelo whatsapp pela professora e após cada 3 faltas consecutivas sem justificativa, se não tiver retorno é passado para a pedagoga dar continuidade e lançamento no SERP.

DATAS COMEMORATIVAS: Seguir as orientações dadas pela SEMEDI , sempre contextualizando durante o ano e não apenas no dia específico.

EVENTOS / MOMENTO FESTIVO: Com apresentação das crianças, teatro, dança, musical, recitar poesia , entre outras sugestões . Encerramento do semestre; Dia da criança; Encerramento do ano.

Observação: Fica o espaço aberto para que cada profissional faça suas contribuições para que o trabalho da equipe pedagógica aconteça de forma colaborativa para superar as dificuldades de ensino e aprendizado da criança.

2.4.5 Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

O plano de trabalho da equipe de apoio Administrativa, a parte de documentação, matrícula e transferência acontece num primeiro momento no final do ano na escola e após em Paranaguá na Secretaria Municipal de Educação, e na instituição "Nova Brasilia "de acordo com atribuições compartilhada entre os professores.De acordo com a a LEI 182/2015, está organizado

de acordo com o cronograma abaixo:

Serviços Administrativo compartilhado	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Observação:
Envio de ofício com solicitação de reparos, aniversário, eventos entre outros.	Responsável Cybele	Responsável Lilian	Responsável Suely	Responsável Cybele	
Assinar relatórios Risotolândia e Romaneio- CMEIC	Responsável Lilian	Responsável Suely	Responsável Cybele	Responsável Lilian	
Matriculas Novas e re matrícula	xx	xx	Cada professora realiza as matriculas da sua turma no dia da sua hora atividade e enviar bilhete aos responsáveis comunicando dos prazos e documentos necessário.	xx	

Organização e atualização PPP	Responsável pedagoga e Professora em hora atividade. Dividir número de pôr tópicos para cada funcionário e fazer os ajuste de acordo o comentário feito pela semedi	xx	xx	xx	
Organização /atualização Regimento interno	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	
Enviar recado Feriado/recesso	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade.	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade	Responsáveis: Pedagoga e professora em hora atividade	
Portão : Entrada e saída das crianças	Responsável: Pedagoga e Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade	Responsável Professora em hora atividade
Escrever Ata de conselho de classe	Pedagoga	Pedagoga	Pedagoga	Pedagoga	Pedagoga

Plano de ação do pedagogo

Ações	Data
<ul style="list-style-type: none"> Leitura e devolutiva planejamento 	De 25 a 28 de cada mês
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento leitura e registros escritos da criança 	1ª semana de cada mês
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e orientações na hora atividade 	2ª semana de cada mês
<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento preenchimento RCO e SER 	Toda sexta feira
<ul style="list-style-type: none"> Aplicação do Projeto Dengue 	Agosto a Dezembro 2 horas na semana Quinta manha Sexta -tarde
Participação nas formações pela SEMEDI	De acordo com o cronograma
<ul style="list-style-type: none"> Acolhimento funcionário , criança e família , através de reuniões e orientações para cada seguimento: Professores acompanhar e sugerir com sugestões no planejamento. <p>Famílias : fazer os informes das atividades prevista para o ano e trimestre orientando a respeito das regras e condutas da instituição.</p> <p>Crianças : Orientar a respeito das regras de convivência .</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhar a devolutiva da avaliação diagnostica e avaliações . Acompanhamento na entrega de boletins e organização do reforço escolar nas crianças insuficientes. 	1º trimestre

<ul style="list-style-type: none"> • Repasse das formações e reuniões dada pela SEMEDI • Iniciar a partir de abril as formações em serviço com temas trazidos pelos professores na sua necessidade de chão da escola. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Formação em serviço com temas trazidos pelos professores na sua necessidade de chão da escola. • Acompanhamento no planejamento e nas aplicações da avaliações externa. • Acompanhamento na entrega de boletins e organização do reforço escolar nas crianças insuficientes. • Repasse das formações e reuniões dada pela SEMEDI • Acompanhar o desenvolvimento através dos cadernos , livros do SEFE e leitura 	<p>2º Trimestre</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o Conselho Escolar para elaborar o plano de ação • Acompanhamento no planejamento e nas aplicações da avaliações externa. • Acompanhamento na entrega de boletins . • Repasse das formações e reuniões dada pela SEMEDI • Acompanhar os resultados da avaliação externa. 	<p>3º trimestre</p>

O plano de trabalho da equipe de apoio Administrativa , a parte de documentação matricula, transferência e boletins acontece em Paranaguá na Secretária Municipal de Educação

Art. 1º O artigo 20 da Lei Complementar nº 151, de 03 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 20 Em se tratando de unidade de ensino localizada na zona rural, comunidade pesqueira ou insulana, com exceção as localidades da Ilha dos Valadares e área central de Alexandra, em que haja apenas professor no exercício da função de docente, e que desempenhe serviços administrativos e pedagógicos, é assegurada, a título de gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora=aula, quando for o caso.

2.4.6 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

A instituição Escola Municipal do Campo "Nova Brasília" dispõe de uma funcionária de apoio operacional. Os serviços de limpeza, abertura e fechamento da escola são práticas diárias da rotina de trabalho. A manutenção será permanente, preventiva de acordo com as prioridades e possibilidades, sempre priorizando o pedagógico com racionalidade tanto na parte estrutural como nos equipamentos.

PLANO DE TRABALHO: Serviços gerais

Ações	Período - Data
Limpeza salas – WC – corredores	Diariamente
Limpeza vidros e janelas	Quinzenal
Limpeza com querosene nas madeiras	A cada 15 dias do mês
Limpeza pano de limpeza	Diariamente
Lavagem das toalhas banho do CMEIC	Diariamente

2.4.7 Plano de Ação do Conselho Escolar

A partir de agora o grupo irá se reunir para construir o plano de ação. Segue a ação realizada em 2023 e as prevista para 2024/2025

Ação realizada - 2023	Justificativa(s)	Solicitação (s)
Mudança do horário de entrada e saída das crianças	Dificuldade de moradia, alugueis altos e condições precárias de moradia. E com a mudança possibilitou condições	Mudar horário de entrada : Manhã - Entrada: Para 8 h ao invés de 7:30 Saída 11: 30 ao invés 12 h

	do professor, poder ir e voltar todos os dias para trabalhar na ilha , sem a necessidade de morar. Pois o ultimo barco que sai para o continente é as 17 h.	Tarde – Entrada: Para 12:30 ao invés das 13 h Saída 16:30 ao invés das 17 h
Ações prevista para 2024	Justificativa(s)	Solicitação (s)
Solicitar sinal do wifi para escola	Aumento de número de reuniões online. Onde professores usam dados móveis para assistir, porém o sinal não é eficiente , desconectando e voltando durante a reunião.	Solicitação de wi-fi

2.4.8 - Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)

O plano de trabalho do professor segue o modelo abaixo, onde são entregues todo dia 25 com devolutiva até 28, para pedagoga e após considerações são aplicados. Seguem os modelos do Ensino fundamental e Educação infantil:

2.4.9 - Plano de Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional Especializado durante o ano de dois mil e vinte três aconteceu de forma presencial, sendo realizado duas vezes na semana no contra turno, com uma professora especializada nesse atendimento dentro da instituição.

Neste ano de 2024 os atendimentos estão acontecendo na Escola Teodoro Valentim, em Encantadas.

2.4.10 – Plano de Atendimento pedagógico domiciliar

De acordo com a DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ N° 01/19 APROVADO EM 04/09/2019:

Art. 6° Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar e domiciliar serão ofertados aos educandos da Educação Especial, de forma complementar e suplementar.

Art. 10 O Atendimento Pedagógico Domiciliar compõe-se por educando que se encontra matriculado na instituição de ensino, em condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerando os aspectos psicossociais que interferem na permanência escolar.

SEÇÃO III - ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR:

Art. 48 O Atendimento Pedagógico Domiciliar tem a finalidade de prestar atendimento educacional aos educandos matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, para as adaptações/flexibilizações curriculares que deverão ser realizadas na residência do educando e no ambiente de ensino, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde.

Parágrafo Único - O atendimento pedagógico deverá ser efetivado por um professor itinerante e flexibilizado, de forma que contribua com a promoção de saúde e ao melhor retorno e/ou continuidade dos estudos pelos educandos envolvidos.

2.5 – CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 – Fundamentação Teórica

Na escola de Nova Brasília, trabalha-se com um currículo centrado em resultados mensuráveis, com foco no desenvolvimento de habilidades como comunicação, colaboração, pensamento crítico e resolução de problemas.

Os direitos e objetivos de aprendizagem são fundamentais para orientar a concepção, implementação e avaliação de currículos que atendam às necessidades e aspirações de todos os alunos, preparando-os para enfrentar os desafios e oportunidades do século XXI. Universalidade: Todos os alunos têm o direito fundamental de acesso à educação de qualidade, independentemente de raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, status socioeconômico ou deficiência.

2.5.2 – Direitos e objetivos de aprendizagem

Os objetivos de aprendizagem são descrições concisas, claramente articuladas do que os alunos devem saber e compreender, e do que sejam capazes de fazer numa fase específica de sua escolaridade. Os objetivos de aprendizagem segundo a BNCC apresenta as dez Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como:

1. Conhecimento — Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
Objetivo: Entender e explicar a realidade, colaborar com a sociedade e continuar a aprender.

2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo — Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
Objetivo: Investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.

3. Repertório Cultural — Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
Objetivo: Fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Comunicação — Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
Objetivo: Expressar-se e partilhar informações, sentimentos, ideias, experiências e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.



5.Cultura Digital — Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Objetivo: Comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimento, resolver problemas e exercer protagonismo de autoria.

6.Trabalho e Projeto de Vida — Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Objetivo: Entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.

7.Argumentação — Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
Objetivo: Formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.

8.Autoconhecimento e Autocuidado — Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
Objetivo: Cuidar da saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e a dos outros, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

9.Empatia e Cooperação — Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com



acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Objetivo: Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceito de qualquer natureza.

10.Responsabilidade e Cidadania — Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Objetivo: Tomar decisões com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e democráticos.

2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem

Aprender e ensinar são processos inseparáveis. Isto acontece porque o ato de ensinar “é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1995). Este processo se efetiva quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação e a sua humanização.

Nada mais democrático que ensinar com o compromisso que haja a aprendizagem por parte de todos os alunos. Contudo, a forma, o tempo e o entorno pelo qual se aprende, por parte dos sujeitos, são diferentes, isso deve ser considerado. Não se trata de negligenciar o que deve ser ensinado em nome das dificuldades do sujeito, deve-se sim, modificar as formas de mediação para que ele de fato aprenda.

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existentes que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos (...) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (SEED/PR, 2005).

Para Vygotsky (1995) a aprendizagem é um processo histórico, fruto de uma relação mediada e possibilita um processo interno, ativo e interpessoal. “O conhecimento é, portanto, fruto de uma relação mediada entre sujeito que aprende e sujeito que ensina e o objeto de

conhecimento. Os processos de produção do conhecimento permitem, ao aluno, sair do papel de passividade e fazer parte dessa relação, através do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, entre elas a linguagem.

2.5.4 – Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula

A organização do tempo, do espaço e a gestão de sala de aula são aspectos essenciais para criar um ambiente de aprendizagem eficaz e produtivo. Algumas estratégias para cada uma dessas áreas:

Organização do Tempo:

Planejamento de Aulas: Dedicar tempo para planejar suas aulas com antecedência, definindo objetivos de aprendizagem, atividades, materiais necessários e tempo estimado para cada atividade.

Cronograma Flexível: Manter um cronograma flexível que permita ajustes conforme necessário. Esteja preparado para adaptar suas atividades de acordo com o ritmo de aprendizagem dos alunos e eventuais imprevistos.

Gestão do Tempo durante as Aulas: Utilizar técnicas de gestão do tempo, como definir limites de tempo para cada atividade, usar cronômetros ou alarmes para manter o controle do tempo e evitar que uma atividade se estenda além do planejado.

Tempo para Reflexão e Feedback: Reservar tempo no final das aulas para que os alunos reflitam sobre o que aprenderam e forneça feedback sobre o processo de aprendizagem. Isso pode incluir discussões em grupo, atividades de escrita reflexiva ou feedback individualizado.

Aproveitamento do Tempo Livre: Identificar e aproveite os momentos de transição ou intervalos curtos durante o dia escolar para revisar o material, reforçar conceitos importantes ou realizar atividades de relaxamento e socialização.

Organização do Espaço:

Layout da Sala de Aula: Organizar o espaço da sala de aula de forma a promover a interação e colaboração entre os alunos. Considere diferentes arranjos de móveis, como em círculo, em grupos ou em fileiras, dependendo das atividades planejadas.



Zonas de Aprendizagem: Criar diferentes áreas na sala de aula para atividades específicas, como uma área de leitura silenciosa, um espaço para trabalhos em grupo e uma estação para materiais e recursos.

Utilização de Recursos Visuais: Utilizar recursos visuais, como quadros de avisos, cartazes, gráficos e displays de aprendizagem, para tornar o ambiente da sala de aula mais estimulante e informativo.

Organização de Materiais: Manter os materiais e recursos organizados e acessíveis para facilitar o uso pelos alunos durante as aulas. Utilizar prateleiras, armários, caixas de armazenamento e etiquetas para identificar e categorizar os materiais.

Gestão de Sala de Aula:

Estabelecimento de Normas e Expectativas: Definir claramente as normas de comportamento e expectativas acadêmicas desde o início do ano letivo. Envolver os alunos na elaboração dessas regras pode aumentar o seu comprometimento em segui-las.

Procedimentos Claros: Estabelecer procedimentos claros para atividades rotineiras, como entrada na sala de aula, distribuição de materiais, transição entre atividades e organização do espaço.

Gestão de Comportamento: Desenvolver estratégias eficazes para gerenciar o comportamento dos alunos, como o uso de reforço positivo, estabelecimento de consequências consistentes para comportamentos inadequados e implementação de estratégias de resolução de conflitos.

Engajamento dos Alunos: Promover o engajamento dos alunos através de atividades interativas, perguntas abertas, discussões em grupo e oportunidades para aplicação prática do conhecimento.

Monitoramento e Feedback: Monitorar o comportamento e o progresso dos alunos de forma contínua e forneça feedback regular sobre seu desempenho acadêmico e comportamental.

Relacionamento com os Alunos: Cultivar um ambiente de confiança e respeito mútuo, demonstrando interesse genuíno no bem-estar e no sucesso de cada aluno.

Ao implementar essas estratégias de organização do tempo, do espaço e gestão de sala de aula, os professores podem criar um ambiente de aprendizagem positivo e produtivo, promovendo o sucesso acadêmico e o bem-estar dos alunos.



2.6 – CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 – Fundamentação teórica

A avaliação deverá ser baseada em competências, enfatizando a avaliação das habilidades e competências específicas que os alunos devem dominar para alcançar os objetivos de aprendizagem. Os alunos devem ser avaliados com base em sua capacidade de demonstrar habilidades e competências específicas, utilizando critérios de avaliação claros e objetivos.

A avaliação é um instrumento educacional garantido pela LDB de forma contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação está baseada na forma diagnóstica, formativa, socioemocional, somativa e externa.

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas às técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional.

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar e estabelecer novos objetivos. Também é uma questão política. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliado buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Essa segunda prática é chamada por Paulo Freire de “avaliação emancipadora”, e de “concepção dialética da avaliação”, por Pedro Demo.

Demo valoriza na avaliação, os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. Se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante.

Luckesi afirma que avaliação é um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “Quero clarificar como o ato de avaliar a aprendizagem, por si, é um ato amoroso. Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso“ (2005, p. 168).

Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, que seja um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando

melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial. Ainda Luckesi coloca que a avaliação pode contribuir para a transformação social: “(...) colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social” (2005, p. 28.).

Com base nesses educadores concebemos como uma avaliação adequada a diagnóstica (processual, cumulativa e contínua), entendendo que é a verificação de até que ponto uma prática é caminho para a concretização de uma idéia, de um valor. A valorização do que o aluno realmente aprendeu, desafiando-o a superar seus limites e a se reconhecer como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro – responsabilidade individual e social com a justiça e com a liberdade enquanto agente de transformação social.

A avaliação deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem.

Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade do aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças necessárias.

A organização das avaliações se darão no seguinte formato: o período letivo terá 03 (três) trimestres onde estarão registrados em boletins, expedidos pela Unidade Escolar aos alunos; as médias das verificações de rendimento do aluno nas disciplinas em que a Matriz Curricular determinar para o trabalho junto a cada ano do Ensino Fundamental. Os alunos devidamente matriculados, em quaisquer dos anos do Ensino Fundamental, terão que alcançar em todas as disciplinas, a soma anual de 15 (quinze) pontos, ou seja, média 5,0 (cinco) em cada trimestre, por disciplina. É obrigatória a realização de no mínimo 03 (três) avaliações por trimestre, devendo as recuperações imediatas, serem efetivadas antes do início do próximo trimestre.

2.6.2 - O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem do desenvolvimento



De acordo com a Lei nº 9.394/96, a Educação Infantil, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na atualidade a Educação Infantil tem por finalidade cumprir o seguinte tripé: cuidar, brincar e educar, realizando no seu interior um trabalho que possua caráter educativo, visando garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças atendidas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares, conforme o Art. 2º desta resolução. Frente ao exposto, em seu art. 6º as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios: éticos, políticos e estéticos, cumprindo assim plenamente sua função sociopolítica e pedagógica descrita no art. 7º:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2009).

O processo avaliativo deve levar em consideração o contexto do aluno, proporcionar ao professor mudanças, alterações em seu decorrer, o mesmo possa ter autonomia suficiente para modificar seu plano pedagógico, abrir mão de um instrumento ou técnica avaliativa por outro que julgar pertinente para ajudar no aprendizado da situação atual. Para Luckesi, 2012, p.69 " Entendemos por avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista

uma tomada de decisão é bem simples: são três variáveis que devem estar sempre juntas para que o ato de avaliar cumpra o seu papel "

2.6.3- Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

Na instituição "Nova Brasília " algumas das dificuldades pedagógica apontadas na criança inserida são a apropriação da leitura e escrita de acordo com o seu ano e idade inserido, o domínio do pensamento matemático, construção de texto entre outras. Nesse cenário o planejamento das aulas são realizados contemplando exercício que venha ao encontro desse apoio para subsidiar o aprendizado de cada criança. O atendimento individualizado e a flexibilização curricular são essenciais para que a criança possa superar a sua dificuldade. A avaliação do processo ensino aprendizagem não é simples, pois abrange as relações entre quem ensina e quem aprende, despertando sentimentos e atitudes que por momento podem ser conflitantes entre a criança e o professor.

2.6.4 – Avaliação Institucional

A avaliação institucional é uma ferramenta fundamental para promover a qualidade, eficácia e relevância das instituições de ensino, garantindo que estas estejam atendendo às necessidades dos alunos, funcionários e comunidade em geral.

A avaliação institucional pode ser realizada de várias maneiras, incluindo pesquisas, entrevistas, observações, análise de dados, revisão de documentos e relatórios, entre outras técnicas. Os resultados da avaliação são frequentemente utilizados para orientar o planejamento estratégico, tomar decisões de política institucional, desenvolver planos de ação para a melhoria e comunicar os progressos realizados para as partes interessadas.

2.6.5 – Recuperação paralela de estudos

A recuperação paralela de estudos é uma estratégia educacional utilizada para apoiar alunos que estão enfrentando dificuldades em determinadas disciplinas ou áreas de aprendizagem.

Os alunos identificados como precisando de apoio adicional recebem instrução adicional e individualizada, além das aulas regulares. Isso ocorrer geralmente, no contraturno onde o aluno pode ser agrupado em pequenos grupos de estudo com um professor.

A INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2023 – SEMEDI orienta e estabelece as normas para os processos avaliativos das crianças/estudantes matriculados nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá:

Art. 5o Instrumentos avaliativos utilizados no Ensino Fundamental:

§1o Aos estudantes serão utilizados instrumentos diversificados, sendo vedado uma única oportunidade e um único instrumento avaliativo.

§2o A avaliação da aprendizagem deve considerar os resultados obtidos ao longo de cada trimestre, expressando o seu desenvolvimento escolar, observando e analisando os avanços e as necessidades identificadas, para estabelecer novas ações pedagógicas.

§3o A avaliação da aprendizagem terá seu registro de notas expresso em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

§4o Para a composição da média do período avaliativo trimestral do Ensino Fundamental I, será obrigatoriamente proporcionado ao estudante no mínimo 02 (dois) instrumentos de avaliação e 02 (dois) instrumentos de recuperação de estudos, podendo chegar, no máximo a 10 (dez) instrumentos de avaliação e 10 (dez) instrumentos de recuperação. As notas parciais deverão ser registradas no LRCO imediatamente após a realização.

§5o Para a aprovação da criança/estudante, do 1o ao 5o ano do Ensino Fundamental I, ao final do ano letivo, exige-se média igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), do cômputo geral do total de dias letivos.

§6o Os critérios da avaliação do aproveitamento escolar deverão estar em consonância com a Matriz Curricular Municipal, Projeto Político Pedagógico - PPP e o Regimento Escolar da instituição.

Art. 8º Entende-se por Recuperação de Estudos:

§1o A recuperação de estudos é direito de todos os(as) estudantes da Educação Básica, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.



§2o A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do trimestre, assegurando, a todos(as) os(as) estudantes, novas oportunidades de aprendizagem.

§3o A recuperação de estudos deverá ser organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático - metodológicos diversificados que priorizem a aprendizagem dos conteúdos.

§4o A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos do componente curricular.

§5o As atividades de recuperação deverão ser planejadas, preferencialmente, durante a hora atividade dos professores, em conjunto com a Equipe Pedagógica da instituição de ensino, tendo como o objetivo a aprendizagem do(a) estudante do estudante, quando este tiver condições de acompanhar a série/ano seguinte.

§6o Poderão ser promovidos por Conselho de Classe os(as) estudantes que demonstrarem apropriação dos conteúdos mínimos essenciais e que apresentarem condições de dar continuidade aos estudos nos anos, séries, períodos, etapas, ciclos e/ou trimestres seguintes.

§7o No caso do(a) estudante ter obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substituída, uma vez que o maior valor expressa o melhor desempenho do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos, sendo que os resultados da recuperação deverão ser registrados no Livro de Registro de Classe Online (LRCO).

2.6.6 – Avaliação Externa

A avaliação externa é um tipo de avaliação educacional conduzida por órgãos externos à instituição educacional, como governos, agências de avaliação, institutos de pesquisa ou organizações não governamentais. Ela é realizada com o objetivo de avaliar o desempenho e a qualidade do sistema educacional em nível nacional, regional ou local. Segue cronograma de avaliações externas:

PROGRAMA	AVALIAÇÃO	TURMAS
Prova Paraná	Fluência (entrada)	2º ano
Prova Paraná	Fluência (saída)	2º ano
Prova Paraná	Diagnóstica (1ª edição)	5º ano
Prova Paraná	Diagnóstica (2ª edição)	5º ano
Prova Paraná	Diagnóstica (3ª edição)	5º ano
Prova Paraná Mais	Edição Única	2º e 5º ano
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Inicial Língua Portuguesa (<u>fluência</u>) Matemática	3º e 4º ano
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Intermediária L.P. (<u>escrita, fluência e leitura</u>) Matemática	3º e 4º ano
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	Diagnóstica Final L.P. (<u>escrita, fluência e leitura</u>) Matemática	3º e 4º ano
Indica	Língua Portuguesa	2º, 3º, 4º e 5º ano
Indica	Matemática	2º, 3º, 4º e 5º ano

2.6.7 – Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

Os Conselhos de Classe são instâncias colegiadas presentes em diversas instituições de ensino, como escolas e universidades, que têm como objetivo discutir e tomar decisões relacionadas ao processo educativo e ao desempenho dos alunos. A organização e efetivação dos Conselhos de Classe envolvem diferentes etapas, incluindo a preparação prévia, a realização do próprio Conselho e o acompanhamento pós-Conselho. Na reunião da COMED são programados estes conselhos de classe, conforme deliberação do Calendário Escolar (Deliberação nº01/2023).

Na instituição do Campo "Nova Brasília" as reuniões escolares acontecem ao longo do ano de acordo com o que está previsto no calendário escolar, ou sempre que houver necessidade. O calendário prevê reuniões de pré-conselho, conselho de classe e neste ano, foi inserido o pós conselho seguindo a deliberação COMED 01/2023.

2.7 – CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação teórica

A formação continuada refere-se a um processo sistemático e planejado de aprendizagem e desenvolvimento profissional que ocorre ao longo da carreira de um indivíduo. Em vez de se limitar à educação formal ou inicial, a formação continuada reconhece a necessidade de atualização e aprimoramento contínuos das habilidades, conhecimentos e competências dos profissionais em suas respectivas áreas.

A Deliberação Nº 02/09 – COMED, em seus Artigos 2º e 3º, dispõe para o Sistema Municipal de Ensino:

Art. 4º Considera-se efetivo trabalho escolar a ação organizada, racional, planejada e histórica, que busca sua eficácia no desenvolvimento do educando estruturada a partir do projeto político pedagógico do estabelecimento e inserida no seu planejamento anual.

Art. 5º Pode o estabelecimento considerar, como dias de efetivo trabalho escolar, os dedicados ao trabalho docente organizado, também, em função do seu aperfeiçoamento, conquanto não ultrapassem cinco por cento (5%) do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, dez (10) dias no decorrer do ano letivo.

Art. 6.º O calendário escolar deverá garantir no mínimo 800 (oitocentas) horas de aula, distribuídos por um mínimo de 200 (duzentos) dias letivos de efetivo trabalho escolar por ano.

As Formações Continuadas estão inseridas no Calendário Escolar do corrente ano, respeitando os dias letivos e as horas, não permitindo assim nenhum impacto negativo aos alunos.

É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

Ele deve formar-se com a capacidade de refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que, é através do processo reflexo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente. Dessa forma, ele será capaz de se adaptar as



diversas e rápidas mudanças no campo educacional, enfrentando assim as dificuldades encontradas a realidade da sala de aula.

A prática e o ato de reflexão dessa prática exercida no espaço da sala de aula contribuem para o surgimento de uma ressignificação do conceito de professor, de aluno, de aula e de aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador e mediador do conhecimento, um participante ativo da aprendizagem dos alunos, proporcionando uma aprendizagem em que o aluno seja sujeito do processo de ensino- aprendizagem. Dessa forma, podemos perceber a importância do professor na sua própria formação e na formação dos educandos. Agindo como mediador, o docente está dando a oportunidade aos alunos a terem autonomia na construção do seu próprio conhecimento como forma de compreender a realidade social em que vivem.

É preciso que o professor tenha consciência do seu papel social para que possa ajudar o aluno a compreender a sociedade em que está inserido e a complexidade do conhecimento que se pretende adquirir, tendo como meta principal uma aprendizagem voltada para resolver os problemas que a vida nesta sociedade irá apresentá-lo, dando uma visão crítico-reflexiva das coisas que se apresentarão ao longo da vida. Com isso ele terá a possibilidade de compreender e interpretar os problemas que emergem no cotidiano.

Deve fazer do seu trabalho em sala um espaço de transformação não reproduz apenas, mas produzindo conhecimento através de uma reflexão crítica. Com isso, estará se beneficiando com os resultados obtidos para solucionar seus problemas e alcançar seus objetivos. A ideia do professor reflexivo proporciona uma ação educativa, cujo objetivo é romper com as visões simplistas de tratar o conhecimento, transformando-os e atos críticos. A prática educativa é percebida como um traço cultural compartilhado que estabelece uma relação com outros âmbitos da sociedade.

É através de um processo formativo capaz de mobilizar os saberes da teoria da educação que os docentes compreenderão e desenvolverão as competências e habilidades necessárias para a investigação da sua própria atividade.

A escola é o local onde a interação entre os seus vários atores deve estar sintonizada em objetivos educacionais comuns, estabelecidos por meio da elaboração de um projeto coletivo, a fim de promover a formação não só daqueles que vão aprender, mas também daqueles que são responsáveis pela sua aprendizagem.

A efetivação desses objetivos só se dará se todos que estão envolvidos no processo educativo se sentirem responsáveis por estabelecerem meios e ações para promover as mudanças necessárias que atendam às exigências da sociedade e, em especial, da comunidade na qual a escola está inserida.

Esta formação acontece mediante diversas situações do cotidiano que viabilizem aprendizagens para o exercício das atividades educativas, em cursos ofertados pela SEMEDI (Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá) e parcerias afins.

Seu objetivo é contribuir para a construção da identidade dos funcionários das escolas, sua valorização e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação.

2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

Durante o ano são realizadas varias formações para os professores, que já são previstas antecipadamente em calendário escolar e no cronograma mensal enviadas mês a mês.

A formação continuada é uma forma de garantir uma educação de qualidade, a mantenedora oferta capacitações, palestras, oficinas de acordo com um calendário organizado pela mesma e em parcerias com profissionais especializados e/ou outros sistemas de ensino, atualmente o SEFE/OPET, geralmente acontecem nas horas atividades do professor, não prejudicando assim a carga horária do aluno.

2.7.3- Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade no 01/2018 disponível no link:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>

A formação em serviço está prevista no cronograma das atividades pedagógicas para serem realizadas ao longo do ano com datas previstas e com temas proposto pelo professores.

Segundo o OFÍCIO CIRCULAR Nº 20/2023 – SEMEDI:

A equipe gestora, a luz da perspectiva da formação continuada como instrumento para construção coletiva de práticas efetivas para o avanço da qualidade na educação, deverá organizar um projeto formativo a ser protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá, seguindo os respectivos critérios:

- Plano de Formação: objetivos, metas, cronograma;
- Lista com os nomes e matrícula dos participantes;
- Datas específicas para os encontros, não ultrapassando 3 horas de formação por mês.

No site da SEMEDI pode-se encontrar o roteiro para elaboração da formação continuada em serviço.

2.7.4- Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) oferece diversas formações para professores em ambientes externos (Isulpar, Complexo Esportivo Nereu Gouveia, SEMEDI, Salão Social Santuário do Rocio), ampliando o leque de aprendizado e conectando a teoria à prática.

As formações em ambientes externos transcendem os muros da escola, ao vivenciar diferentes ambientes e metodologias, os professores desenvolvem maior autonomia e protagonismo em sua prática docente, tornando-se agentes de mudança e transformação na educação.

2.7.5- Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas

Atualmente contamos com um leque de possibilidades para a formação continuada de educadores, nos permitindo aprender em qualquer lugar. O Sistema Educacional SEFE adotado pelo município de Paranaguá, oferece diversos cursos a distância com cargas horárias variadas, atendendo às necessidades de formação continuada dos profissionais da educação através da plataforma OPET Inspira. A plataforma Inspira da Editora Opet é uma plataforma LMS (Learning Management System – Sistema de Gestão da Aprendizagem) que disponibiliza ferramentas, recursos educacionais digitais e aplicativos para que professores e estudantes possam, além de utilizar os objetos disponibilizados pela Editora, produzir e compartilhar conteúdos, aumentando o potencial criativo e tornando-os sujeitos ativos do processo de construção do conhecimento.

Ao longo do ano são realizadas reuniões e formações, além de cursos disponibilizados nas plataformas virtuais.

3- MATRIZ CURRICULAR

SEMEDI		MUNICÍPIO: Paranaguá			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Escola Municipal					
ENDEREÇO: Rua:					
FONE:					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Paranaguá					
CURSO (4035): Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
TURNO: Diurno e Vespertino		C.H. TOTAL DO CURSO: 800h		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1991		FORMA: Simultânea			
ORGANIZAÇÃO:					
Componentes curriculares (Disciplinas)	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
ARTE ₂	20 h	20h	20h	20h	20h
CIÊNCIAS					
EDUCAÇÃO FÍSICA					
GEOGRAFIA					
HISTÓRIA					
LÍNGUA INGLESA ₃					
LÍNGUA PORTUGUESA					
MATEMÁTICA					
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio				

4- PROPOSTA CURRICULAR

O currículo do Ensino Fundamental no Brasil é definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo dessa etapa da educação básica. O Ensino Fundamental compreende do 1º ao 9º ano e é dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo, que vai do 1º ao 5º ano, e o segundo ciclo, do 6º ao 9º ano.

Currículo educação Infantil:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/download/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo Ensino Fundamental:

<https://semi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo da Educação Especial

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988.
- _____. LEI Nº 8069. Edição Comemorativa 2010: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes / Coordenação. Curitiba: Secretaria do Estado da Criança e da Juventude, 2010.
- _____. LEI Nº 9394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.
- _____. Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Resolução Nº 5. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18
- Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866 . Acesso no dia: 28 de jun. de 2010.
- COMPARATO, F.K. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. In: __. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, art.13. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CURY, C.R. J. A evolução da legislação. In: Cadernos do Observatório. Especial Observatório da Educação 2000. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.
- DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa. São Paulo: Cortez, 1987.
- Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: MEC, 2007.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.



- . Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- . A educação na cidade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(a).
- . Política e educação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000(b).
- . Pedagogia da Esperança : um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOFFMAM, J. Avaliar para promover: As setas do caminho– Porto Alegre –Mediação, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994
- PARANÁ. Currículo Municipal de Paranguá: Caderno de Educação Infantil. 2022
- PARANÁ. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. 2018.
- Parecer CNE/CEB nº 4/2008, aprovado em 20 de fevereiro de 2008- Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12743&Itemid=866. Acesso no dia: 28 de jun. de 2010
- PISTRAK. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981
- PITOMBEIRA, D. Adolescentes em processo de exclusão social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida. 2005. 285 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Pró Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem. Brasília: MEC, 2008.
- TOMASEVSKI, K. Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales: el derecho a la educación. ONU: Consejo Económico y Social, 2004.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. SCHMITZ, Egídio F. Fundamentos da didática. 7 ed. São Leopoldo : Unisinos, 1993.
- SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.
- _____SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares. 2. ed. 8. reimpr. _____Belo Horizonte: Autêntica 2004
- VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. in Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
- VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1995

ANEXOS

I. Instrumento de Avaliação Institucional

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL			
1. Quem é o responsável pelas informações deste questionário? (A) Pai (B) Mãe (C) Os dois (pai e mãe) (D) Outro responsável _____			
2. Leia as frases abaixo e responda se concorda ou não com as afirmações.	S	N	OBSERVAÇÃO
	I	Ã	
	M	O	
Eu recebo informações da escola sobre o progresso do meu filho.			
Eu sei o que os professores querem do meu filho.			
Meu filho está seguro na escola.			
Os professores da escola têm respeito pelos alunos.			
A escola é um ótimo ambiente de estudo para os alunos.			
A escola do meu filho sabe preparar as crianças para o futuro.			
A escola me dá informações claras sobre o que ensina ao meu filho.			
Eu entendo o que os deveres de casa de meu filho pedem.			
A escola é valorizada pela comunidade.			
Eu ajudo meu filho a estudar em casa.			
A escola faz reuniões com os pais para informar sobre os filhos			
Eu considero que os professores são muito capazes.			
O meu filho está bem na escola.			
O meu filho comporta-se bem na escola.			
Eu gostaria que meu filho estudasse em outra escola.			
Meu filho se sente seguro na escola.			
Quando há algum problema, sou rapidamente chamado à escola.			
Eu sou informado sobre o planejamento da escola.			
A escola dá importância para a opinião dos pais.			
A escola se importa quando meu filho falta.			
Meu filho gosta da escola.			
Meu filho gosta dos professores.			

II. Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Escola Municipal do Campo _____

Aluno _____ Ano (série) _____

Nº do telefone do responsável (41) _____

Renda Familiar Mensal: _____

Sem Renda ()
Até 1 salário mínimo ()
1 a 3 salário mínimo ()
3 a 5 salário mínimo ()
Mais de 5 salários mínimo ()
Optou por não informar ()
Tipo de moradia:
Casa ()
Apartamento ()
Cômodo ()
Coletiva ()
Optou por não informar ()
Forma de ocupação de Moradia:
Própria ()
Alugada ()
Cedida ()
Pensionato ()
Casa lar ou abrigo ()
Outro ()
Optou por não informar ()
Tipo de Construção:



Alvenaria ()
Madeira()
Mista ()
Outra ()

Serviço que moradia tem acesso:

() Água encanada () Energia Elétrica () Esgoto () Coleta de lixo.

Itens existente na moradia:

() Banheiro () Radio () TV () Rádio () Geladeira () Computador () Celular Smart () Tablet
() Freezer () Máquina de lavar () Bicicleta () Motocicleta () Automóvel.

Tipo de conexão com a internet:

() Não possui () ADSL () Cabo () Via Rádio () Via Satélite () Fibra
() Móvel 3G () M 4G M 5G () Wifi público ou compartilhado.

Com quem o aluno reside:

() pai () mãe () irmãos () avós () tios () tutor legal () conjuge.

Total de pessoas que residem com o aluno, incluindo o aluno_____.

III. Pareceres Descritivos (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial)

ANEXO II - PARECER DESCRITIVO ANUAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Instituição: Escola Municipal do Campo “Piaçaguera”	
Criança:	
Docente:	
Turma:	Data:

--

Assinatura do(s) Docente(s): _____

Assinatura do Responsável: _____



Assinatura do Pedagogo (a): _____

Assinatura do Diretor (a): _____

IV. Plano de Atendimento Educacional Especializado

(Nossa instituição não possui essa modalidade de ensino.)

V. Plano de Formação Continuada (link site SEMEDI)

	<p>PREFEITURA DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL</p> 
<p>ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO</p>	
<p>Nome do profissional responsável pela formação:</p> <hr/>	
<p>Colaboradores:</p> <hr/>	
<p>Introdução:</p> <p>Apresentar o problema e formular as justificativas científicas, técnicas e o benefícios que podem ser alcançados com os resultados da formação continuada.</p>	
<p>Objetivos:</p> <p>Objetivo Geral:</p> <p>Aponta de forma ampla e direta o resultado que a instituição pretende realizar em seu programa de formação.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <p>Indicam as ações que se realizarão para atingir os resultados nas etapas de trabalho desenvolvido, ou seja, os passos que serão percorridos para se chegar aos resultados propostos.</p>	
<p>Fundamentação Teórica:</p> <p>O texto deve ser elaborado sobre uma visão geral do problema com base em autores consultados dando sustentação ao trabalho, por isso é indispensável registrar as fontes consultadas no texto.</p>	
<p>Metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none">• Colaborar para a compreensão e melhoria do processo ensino-aprendizagem• Desenvolver atividades que possibilitem a integração entre as disciplinas por área do conhecimento.• A formação continuada deverá acontecer no próprio local de trabalho.	
<p>Avaliação:</p> <p>A avaliação tem a função de sustentar e orientar as intervenções pedagógicas, auxiliando os professores a repensar sobre sua prática. Acontecerá sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelos alunos, considerando as ações propostas para o semestre.</p>	
<p>Observação: A formação deverá ocorrer de acordo com a realidade de cada instituição e preferencialmente durante a Hora Atividade.</p>	

VI. Plano de Ação

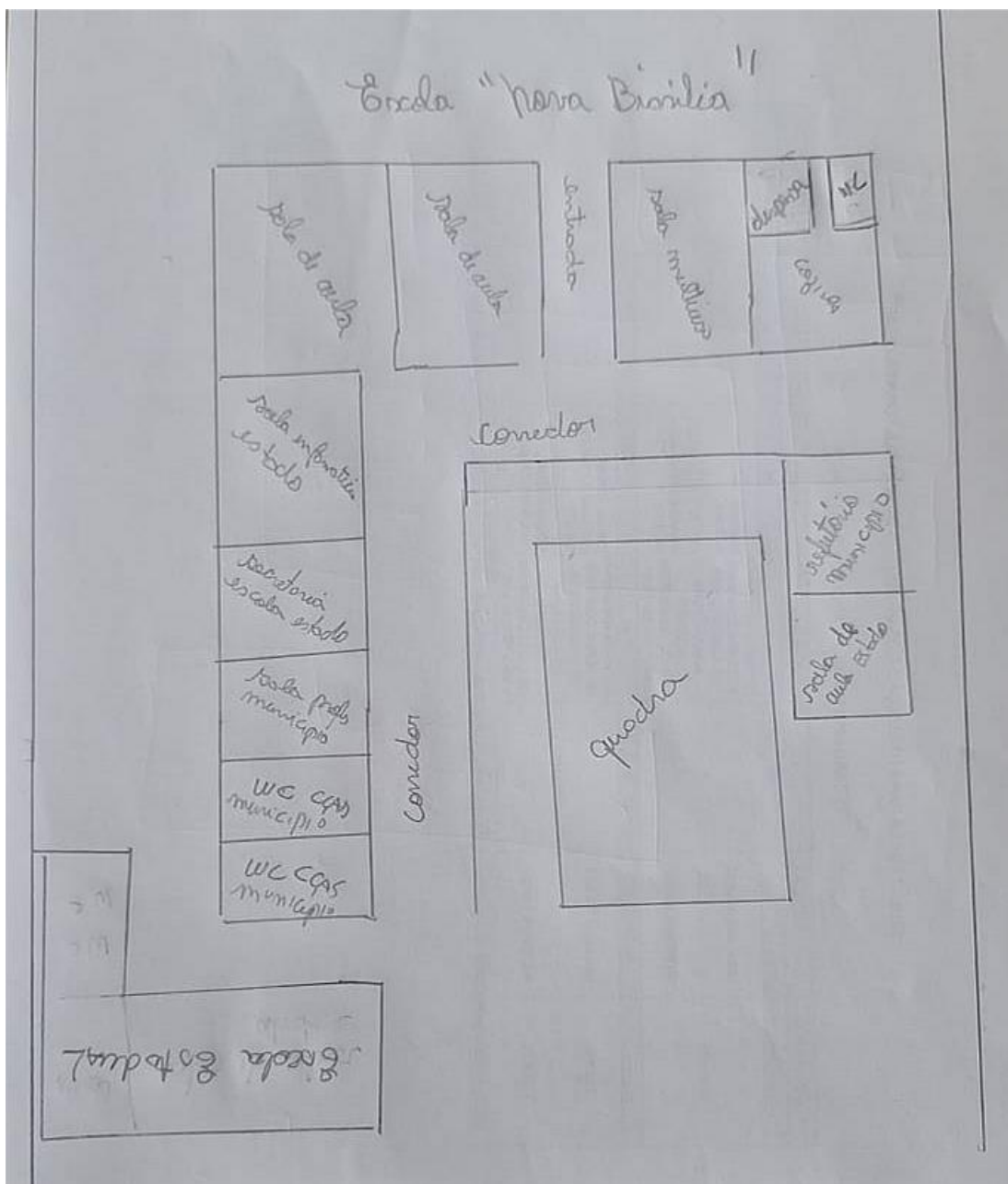
Objetivo (O que queremos alcançar? Lembre-se que estão são as Frentes de Atuação)	Meta/prazo (Qual resultado queremos atingir e em Quanto tempo?)	Ação (O que devemos fazer para chegar onde projetamos?)	Detalhamento das ações (Como faremos as ações propostas?)	Responsável (Quem ficará à frente da ação?)
Redução dos índices de reprovação dos estudantes	Verificar ao final de cada trimestre a situação de cada aluno	A partir da verificação do rendimento dos estudantes, proporcionar ações para melhorar o rendimento	Conversa com os pais com o intuito de incentivar e auxiliar o estudante nas atividades de casa; Proporcionar o programa Se Liga ao final de cada trimestre aos estudantes que necessitarem	Professores Equipe pedagógica e Equipe docente
Melhoria da aprendizagem dos estudantes	Através do acompanhamento semanal dos conteúdos e atividades desenvolvidos pelos professores aos estudantes	Através do acompanhamento da hora atividade e das aulas	Realizar um acompanhamento desde a elaboração da aula, sugerindo alterações quando necessárias, acompanhamento da aula e dar o feedback ao professor, e sempre que necessário sugerir metodologias diferenciadas	Equipe pedagógica e Equipe docente
Redução dos índices de abandono	Acompanhamento o diário do programa presente na escola	Intensificar as conversas com as famílias dos estudantes com risco de evasão/abandono Rede de proteção	Convocar os pais ou responsáveis pelo estudante com índices elevados de faltas, com registro na ficha individual do aluno Caso persistam as faltas, convocar novamente os pais ou responsáveis e fazer registro em ata Fazer a utilização dos aparelhos de proteção à criança e adolescente	Equipe pedagógica e Equipe docente

VII. Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER)

PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS - ERER
<p>As leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 respaldam o trabalho das temáticas étnico raciais, e incentivam o estudo de estratégias para suas aplicabilidades em sala de aula. Elas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, essas leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação e são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de promover no ambiente escolar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural.</p>
FORMAÇÃO CONTINUADA
Garantir, nas formações, a temática para os educadores.
Promover a formação dos profissionais de forma sistêmica com participação em fóruns, seminários, rede de trocas, congressos ou outros.
REGISTRO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
Revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico (PPP), inserindo a implementação de trabalho pedagógico com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio
Promover a participação de toda comunidade escolar, em seus vários segmentos, por meio de debates, encontros, diálogos e propostas quanto ao registro das questões raciais no PPP.
Registrar no PPP a forma interdisciplinar, transversal e coletiva com que a temática da educação para as relações étnico-raciais devem ser trabalhadas com os estudantes.
CONHECIMENTO SOBRE O APARATO LEGAL
Reproduzir e deixar em lugar de fácil acesso as legislações e diretrizes referentes à Educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
Possibilitar, no início de cada ano, a divulgação sobre a legislação pertinente por meio de cartazes expostos no ambiente escolar.
Cuidar para que esteja inserido o quesito raça/cor nos formulários de identificação dos estudantes.
ADEQUAÇÃO DE MATERIAL, ATIVIDADES E RITUAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS
Criar, atualizar e organizar o acervo de livros, contemplando a questão racial.

<p>Contemplar a temática étnico-racial na aquisição de livros didáticos, paradidáticos e materiais em geral, reservando uma porcentagem significativa do total.</p>
<p>Utilizar recursos variados, como ferramentas em sala de aula, para abordar a cultura afro-brasileira e temas relacionados, recorrendo às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.</p>
<p>Cuidar para que o acompanhamento pedagógico garanta aos profissionais o conhecimento e o uso do acervo e materiais pedagógicos existentes na escola.</p>
<p>Promover uma análise criteriosa dos livros didáticos utilizados, observando a ocorrência de informações equivocadas ou estereótipos em relação ao negro, à história e à cultura afro-brasileira e africana.</p>
<p>PROTOCOLOS ESCOLARES ANTIRRACISTAS</p>
<p>Construir de forma coletiva, articulada pela gestão, com a participação de todos os segmentos escolares, um protocolo antirracista definindo intervenções pensadas didática e pedagogicamente e os procedimentos a adotar na ocorrência de situações de discriminação, preconceito e racismo.</p>
<p>Registrar o protocolo nos documentos escolares.</p>
<p>Socializar o protocolo junto aos vários segmentos da comunidade escolar.</p>
<p>Apurar e agir proativamente em situações de racismo, preconceito e discriminação ocorridos no interior da escola (seja institucional e/ou pessoal; verbal, física e ou psicológica/emocional).</p>
<p>DIÁLOGO COM A COMUNIDADE</p>
<p>Incentivar a participação efetiva da comunidade escolar em reuniões, materiais impressos, fóruns, seminários e/ou palestras sobre as Leis 10.369/03 e 11.645/08.</p>
<p>Criar espaços para discussões e atividades que referenciam a legislação sobre as questões raciais no currículo escolar junto à comunidade escolar.</p>
<p>Incentivar a criação de redes sociais que articulem escola e família na construção de um trabalho integrado em que movimentos sociais, associações de bairro e religiosas, grupos culturais e igrejas sejam também protagonistas e corresponsáveis pela implantação das leis.</p>
<p>Fazer um levantamento na comunidade de atuação da escola, elencando manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas presentes e as pessoas que criaram ou levam à frente essas manifestações.</p>
<p>ARTICULAÇÃO DE PROJETOS</p>
<p>Assegurar, durante o planejamento anual, espaço para reflexão, estudo e adequação de conteúdos e temas relativos à questão racial em cada um dos componentes curriculares e com os projetos comumente trabalhados no cotidiano escolar (sexualidade, gênero, saúde, juventude etc.), na perspectiva de promover integração de saberes e caminhar para a interdisciplinaridade.</p>

VIII. Plano de Atendimento Emergencial – PAE



IX – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS 0
Férias 30
Recesso 0
Feriado 1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS 13
Carga Horária 52
Recesso 3
Feriado 0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 20
Carga Horária 80
Recesso 0
Feriado 2

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS 22
Carga Horária 88
Recesso 0
Feriado 1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 19
Carga Horária 76
Recesso 1
Feriado 2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS 20
Carga Horária 80
Recesso 0
Feriado 0

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	SEPE		

DIAS LETIVOS 12
Carga Horária 48
Recesso 10
Feriado 1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS 21
Carga Horária 84
Recesso 0
Feriado 0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS 21
Carga Horária 84
Recesso 0
Feriado 1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DIAS LETIVOS 21
Carga Horária 84
Recesso 1
Feriado 2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS 20
Carga Horária 80
Recesso 0
Feriado 2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS 12
Carga Horária 48
Recesso 9
Feriado 1

LEGENDA	
 	FÉRIAS
 	INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE
 	FORMAÇÃO CONTINUADA
 	PLANEJAMENTO
 	REFORMULAÇÃO PPP
 	PRÉ - CONSELHO
 	CONSELHO DE CLASSE
 	PÓS - CONSELHO
 	ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
 	RECESSO ESCOLAR

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PANÓIA DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO
MAI	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
OUT	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade

1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias

Tenile Cibele do Rocio Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGIA - Deliberação nº 61/2023
Paranaguá, 22 de novembro de 2023.